A25 REFERENCIAL

RUA LUÍS DE CAMÕES, 47
2795 LINDA-A-VELHA — TELEF. 419 81 05/30

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

AVENÇA • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA • N.º 15/ABRIL A JUNHO 89/ANO 5

SUMÁRIO

Mensagem da A25A	2
Comemorações do 15.º Aniversário do 25 Abril Sessão solene de abertura	3
— Intervenção do Tenente Coronel Vasco Lourenço	3
— Intervenção de Maria Emília Ferreira	4
— Intervenção do Tenente Coronel Fisher Lopes Pires	5
Saudações enviadas à A25A	7
Comemorações populares Desfile e Comício em Lisboa	8
— Intervenção do Presidente da A25A	8
Almoço convívio na Estufa Fria	9
— Intervenção do Presidente da A25A	9
Colaborações	10
Convites recebidos	11
Ofertas diversas	11
Actividades culturais	12
Sessão de Teatro «O Baile»	12
Obrigado. Malta do 25 de Abril, de Helder Costa	12
Cinema	12
O Cinema de Amadores em Portugal	12
Exposição no Palácio Foz	13
Lançamento de um disco com obras de Fernando Lopes Graça	13
— Comentários de Maria Emília Ferreira	13
Espectáculo Solidariedade de Abril	15

SUMÁRIO

(continuação)

— Mensagem de Maria Ondina Braga	15
Exposição na Voz do Operário	16
Oferta de Livros à A25A	16
Pedidos de representações	16
Sessão solene de Encerramento	17
— Intervenção do Ten. Coronel Vasco Lourenço	17
— Intervenção de Bernardo Lima	19
— Intervenção de Natália Correia	20
— Intervenção do Prof. Piteira Santos	21
Homenagem a José Magalhães Godinho	24
Encontro Nacional de Sargentos	24
— Saudação da A25A	24
Actividade Desportiva/Recreativa	25
Vamos aprender: Bridge (5)	27
Comunicado sobre Otelo Saraiva de Carvalho	28
Notícias Breves	28

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 deAbril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
João Caiado Gago Falcão de Campos

FOTOCOMPOSIÇÃO:
Texto e Linha

IMPRESSÃO:
IAG-Artes Gráficas, Lda.
Rua da Atalaia, 114
1200 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
5500 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DELEGAÇÃO DO NORTE:
Apartado 678
4012 PORTO

DELEGAÇÃO DO CENTRO:
Apartado 3041
3000 Coimbra

NÚCLEO DO ALENTEJO:
Rua Bernardo Santareno, n.º 2
Bairro das Nogueiras
7000 Évora

Depósito Legal N.º 22273/88

25 DE ABRIL DE 1989

MENSAGEM

25 de Abril de 1974:

Termo de um regime iníquo, censório, violento, fossilizado;

Epílogo lógico da luta de um povo pela reconquista da soberania usurpada;

Madrugada de um novo regime, desta vez alicerçado em princípios perenes de Liberdade, Justiça, Fraternidade, Igualdade;

Virar de uma das páginas mais dramáticas da história da velha Nação, ansiosa por reencontrar em paz e em harmonia com as outras nações, o rumo da era moderna de que em tempos foi pioneira destacada;

Enfim, início do processo de democratização completa e sem reservas da sociedade portuguesa.

Em 25 de Abril de 1974 quantas esperanças andaram à solta na boca e no coração do povo...

Muitas dessas esperanças concretizaram-se, muitas mais têm vindo a ser adiadas por falta de vontade política para cumprir Abril em toda a sua plenitude, prioritariamente a favor dos mais fracos e dos mais humildes.

Esta prioridade nem sempre tem sido respeitada pelo poder, orientado por uma visão humanisticamente carente e limitada quanto ao funcionamento democrático da sociedade.

Ao contrário do que frequentemente se quer fazer crer, o significado da democracia não se esgota no exercício mais ou menos periódico de formalidades eleitorais, quantas vezes servindo apenas à obtenção de falsa legitimidade para justificar a asfixia de tantas outras formas de participação popular democrática na condução dos destinos da Nação.

É preciso não deixar confundir a democracia política com toda a democracia.

É impossível atingir níveis de justiça social e de bem-estar material e espiritual dignos de um país livre e avançado, enquanto não se fizerem funcionar e não se desenvolverem como um todo coerente e harmónico as componentes social, económica e cultural da democracia.

É impensável um povo sentir-se feliz se for governado apenas como um factor de produção de riqueza, como se de uma mera máquina se tratasse, sem aspirações nem sentimentos.

É irrealizável a paz social, sobretudo quando essa riqueza, na sua maior parte, não é aplicada em benefício público, nem é distribuída com justiça pela totalidade dos cidadãos.

Estas verdades insofismáveis têm sido frequentemente ignoradas pelo poder. A distribuição da riqueza nacional não tem sido nem a mais justa nem a mais equilibrada.

Por isso, o fosso entre ricos e pobres, estes cada vez mais numerosos, tem vindo a alargar-se progressivamente. Os que mais têm são privilegiados em prejuízo dos que pouco ou nada possuem. A miséria moral e material tem alastrado ao ritmo a que tem prosperado a fortuna fácil e ilegítima.

O poder e a influência adulteram paulatinamente o princípio da igualdade de oportunidades, transformando-o cada vez mais numa figura de retórica política eleitoralista.

Arreiga-se cada vez mais na opinião pública a convicção de que o oportunismo, o compadrio, o tráfico de influências, a negociação inconfessável, a corrupção, mesmo aos mais altos níveis, convertem-se em instrumentos de obtenção de todo o tipo de vantagens pessoais, atropelando os direitos e interesses alheios e abalando perigosamente os alicerces morais que devem sustentar todo o edifício social. Quantas vezes com a mais cândida irresponsabilidade e inteira impunidade.

(continua na pág. 2)

COMEMORAÇÕES DO 15.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA

Teve lugar, no dia 16 de Março, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, com intervenções do Prof. Boaventura de Sousa Santos, da estudante Maria Emília Ferreira, do Ten-Cor. Fisher Lopes Pires, da Comissão Organizadora das Comemorações e do Ten.-Cor. Vasco Lourenço, Presidente da Associação 25 de Abril, uma sessão solene de abertura daquelas comemorações, a que assistiu bastante público.
Publicamos em seguida as diversas intervenções, com excepção da proferida pelo Prof. Boaventura de Sousa Santos, por já ter sido entretanto publicada noutro local.

INTERVENÇÃO do Tenente Coronel VASCO LOURENÇO

Vamos continuar.

Nesta simples frase procurou a Associação 25 de Abril sintetizar a sua posição quanto ao acontecimento histórico que é razão da sua própria existência.

O 25 de Abril, porque é dos portugueses, e não só, não tem proprietários. Nós, como seus autores materiais, fomos e continuamos a ser os primeiros a afirmá-lo e a assumi-lo.

Mas, como somos teimosos, continuamos também a insistir em Abril, porque o consideramos um processo inacabado e não um mero facto do passado. Por muito que isso contrarie os desejos de alguns reticentes em relação à mensagem de Abril.

Por nós, continuamos a teimar.

Em primeiro lugar, continuamos a orgulharnos de ter feito o 25 de Abril. Continuamos a orgulhar-nos de termos sabido ser os autores materiais do derrube da ditadura, da libertação do povo português, da contribuição na libertação de outros povos, da abertura de Portugal a todos os povos do Mundo, da criação de condições para que no nosso País se edificasse um Estado Democrático e de Direito.

Somos também teimosos em continuar a reconhecer que Abril está muito aquém das esperanças que fez acalentar aos portugueses e aos povos que então colonizávamos. Muito ficou por fazer ou está num processo de retrocesso: desde logo, a não Libertação de TimorLeste; mas também o ver cada vez mais longe a ansiada justiça social; o assistir ao desvirtuamento da democracia; o constatar que o medo, a simples luta pela sobrevivência, o egoísmo e o individualismo se instalam paulatina e drasticamente no seio dos portugueses, que usufruem cada vez menos das diversas Liberdades.

Continuamos teimosos quando defendemos que se impõe analisar esta situação a que chegámos, os seus porquês e os remédios para conseguir que o 25 de Abril se desbloqueie e retome a marcha iniciada em 1974.

Somos teimosos, como fomos teimosos há 15 anos, quando falhada uma tentativa de derrube da ditadura, soubemos analisar a situação, recolher ensinamentos e preparar devidamente uma nova acção.

E assim foi possível não voltar a arrancar de forma precipitada, mal preparada e sem objectivos claros, partindo, pelo contrário, para uma acção vitoriosa que nos transformou em agentes concretos da História de Portugal.

Continuamos teimosos, hoje, quando decidimos comemorar Abril, não num espírito passadista, olhando com nostalgia para algo que pertence factualmente ao passado, mas sim com a plena convicção de que estamos participando numa luta permanente pela continuação dum processo inacabado.

Por tudo isso, a Associação 25 de Abril, que tem no seu seio a maioria esmagadora dos que, conspirando, prepararam e executaram um acto que influenciou decisiva e positivamente a História de Portugal, com importantes reflexos em todo o Mundo, decidiu levar a cabo um conjunto de manifestações diversificadas que, mais do que comemorar Abril, sirvam para continuar Abril.

Assumimos o carácter político deste posicionamento. Como assumimos há quinze anos o carácter político da acção libertadora que modificou por completo a vida dos portugueses.

Desejamos, no entanto, que tal como o próprio 25 de Abril o foi — as comemorações sejam um acto de cultura e um acto de Liberdade.

Por mais que a Associação 25 de Abril se esforce, os actos comemorativos dependerão fundamentalmente da livre adesão de cada um que, em sua consciência, decidirá se quer ou não recordar algo que mereça ser recordado e afirmar algo porque valha a pena lutar.

É natural que este posicionamento não agrade a todos e haja vozes, algumas bem poderosas, que se façam ouvir, procurando convencer-nos que bastaria uma comedida comemoração oficial. Como é natural o boicote que alguns procurarão fazer às comemorações por nós dinamizadas. O posicionamento da informação da R.T.P. quanto a este aspecto é deveras significativo.

Estes detractores das comemorações não oficiais, procurarão justificar-se afirmando que temos Liberdade e vivemos em Democracia estabilizada.

A eles não diremos que a Democracia não é um facto, mas a Democracia nunca está completa, muito menos se se resumir aos seus aspectos formais; não afirmaremos que a Liberdade não existe, mas a Liberdade plena nunca se atinge em sociedade, principalmente quando o medo se instala, a sobrevivência corre perigo, a dependência limita a acção e a justiça é a manifestação da vontade do mais forte; não esgrimiremos com o perigo de nova ditadura, mas hoje em dia, as ditaduras aparecem mascaradas e assumem novas formas muito mais sofisticadas.

Por nós, afirmar-lhes-emos que queremos continuar Abril. Que vamos continuar.

E não estamos sós.

Fazê-lo-emos com a colaboração, preciosa e inestimável, de inúmeras entidades e personalidades, com o povo português em geral, sem a qual não seria possível à Associação 25 de Abril abalançar-se ao conjunto de actividades que hoje aqui iniciamos solenemente.

A todos os nossos agradecimentos.

A todos a nossa afirmação de que, para além das comemorações por nós organiza-

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

das, a Associação 25 de Abril está disponível para apoiar e se integrar em todas as iniciativas que visem comemorar e continuar Abril. Nomeadamente, todas as comemorações populares, sem as quais comemorar Abril não teria significado.

Ficamos esperançados em que estas comemorações sejam mais uma afirmação dos valores e dos ideais de Abril.

Esperançados em que durante este período os deputados portugueses decidam, num acto de tolerância e de justiça, passar uma esponja que igualise situações semelhantes e seja o agente de um apaziguamento que se deseja e que Abril merece e justifica.

Esperançados em que dessa acção resulte uma amnistia que permita ao Otelo Saraiva de Carvalho comemorar o 15.º Aniversário do 25 de Abril com a mesma Liberdade que o povo português adquiriu nessa gloriosa madrugada de 1974.

Muito obrigado.

Vasco Lourenço

INTERVENÇÃO de MARIA EMÍLIA FERREIRA

CRIME E CASTIGO

O traço fundamental da tragédia é a aceitação de um destino, sabendo que não há nada que nós possamos fazer para o alterar, uma vez que esse destino é soberano. Esta ideia tem uma história bastante longa e rica. Dela derivaram peças literárias que encheram o mundo de momentos magníficos. Todavia, levá-la ao extremo de a aceitar como norma, como regra para o dia-a-dia, tem demonstrado ser bem mais penoso que o destino de Édipo ou dos pobres Romeu e Julieta.

Quando um povo é aliciado com a semente do sono e da aceitação, quando um povo é subjugado pelo medo, e quando se desculpa o terror com a máscara da protecção paternal e do «eu sei o que é melhor para ti», isso passa os limites da decência e só tem um nome: crime.

É muito fácil destruir. E todos nós sabemos bem que, o que levou anos a levantar, pode ser reduzido a cinzas em escassas horas. Difícil é, depois, ter o ânimo de arregaçar as mangas e pôr, de novo, de pé aquilo que foi destruído. E é especialmente difícil quando toda a vida se ouviu dizer que é mais seguro estar quieto, que é melhor não fazer nada.

Não quero repetir cassettes gastas. Mas não posso deixar de dizer que, se Portugal ainda está no atraso que todos vemos, pode agradecer, muito particularmente, a 48 anos de estupidificação e medo.

Agora que há aí tantagente a quem a memória começa a falhar, é imperioso relembrar os crimes maiores desses 48 anos. Um deles foi, por exemplo, o analfabetismo.

Quando o Lutero traduziu a Bíblia para alemão, fê-lo para dar hipóteses a que mais pessoas lessem o livro pelo qual regiam a sua vida. Fê-lo para que deixasse de haver, apenas, uma minoria a lê-lo e a interpretá-lo e a dizer, depois, aos outros, o que tinham de fazer. O que o Lutero fez foi dar a mais homens o poder de saber, o poder de escolher. Por isso, condenar um povo ao analfabetismo não é para o manter feliz, afastado de ideias tristes e melancólicas. Pelo contrário, é para lhe retirar o poder de se informar, de se formar e de agir. «Quem não sabe é como quem não vê», diz-se. E é verdade.

Mas o analfabetismo não foi a única herança que nos foi legada. Há, ainda, esse medo de agir, a falta de consciência política e o elogio da mediocridade, entre outros.

O medo de agir vem da noção de que tudo o que se faz é inútil. Ninguém liga, ninguém vê. Assim se mantém um estado de coisas em que todos esperam o avanço do grosso das tropas, para, depois, darem o seu próprio passo. Aqui entra a inconsciência política. O não querer pensar que, se todos esperarmos, ninguém se mexe.

No fundo, é a história da Bela Adormecida. Todos sabemos que, se o Príncipe não a tivesse achado irresistível e não a tivesse beijado, ainda hoje ela e todos os seus estariam a dormir. Só que, aqui, entra um ponto muito importante: é que já todos temos idade para não acreditar em fadas nem em príncipes. Quanto mais não seja, sabemos que, por muito belo e irresistível que os estrangeiros achem o nosso país, não se sabe de nenhuma moda de dar beijos no solo, mal descem do avião. A não ser o Papa, claro! Quero dizer, com isto, que não vale a pena continuarmos à espera de milagres, sejam eles as manhãs de nevoeiro e os já exaustos Dons Sebastiões, ou, mais modernamente, as C.E.E.s.. Isto, naturalmente, não implica aquela tola ideia do «orgulhosamente sós», que é o outro extremo. O que há a fazer é trabalhar em conjunto e não ficar, de boca aberta, à espera que os outros nos metam lá dentro aquilo que temos a dizer.

A falta de consciência política é, também, isto. É pensar que *eu* não faço diferença. Mas faço. Porque tudo está ligado. Os budistas têm um bom exemplo: a água do extremo de um lago não é a mesma da do outro extremo. E até estão bem distantes. No entanto, se experimentarmos atirar uma pedra para o lado que nos está mais próximo, o impacto da queda da mesma formará, na água, pequenos círculos que irão avançando e que acabarão por tocar no outro lado do lago. Ou seja: aquele pequeno gesto que eu fiz, teve grandes repercussões, chegou até ao outro lado.

Saber que somos capazes é o primeiro passo para ser capaz. Ora é precisamente isso que ainda nos falta.

15 anos depois do 25 de Abril, ainda há pessoas sem casa, sem trabalho, sem educação, sem saúde. Parafraseando o Sérgio Godinho, ainda não há «liberdade a sério».

O 25 de Abril foi uma porta, naturalmente. Como tudo, teve coisas boas e teve coisas más. Mas penso que as boas foram, sem dúvida, mais do que as más. Penso, também, que é fácil, agora, 15 anos mais tarde, criticar os excessos da época. Permitam-me nova referência ao Sérgio Godinho: «Só se pode querer tudo quando não se teve nada, só quer a vida cheia quem teve a vida parada».

Temos, pois, de entender que aquilo que hoje podemos racionalizar foi, na época, uma questão de fome, emoção e justiça imediata, urgente. Por isso, também, devíamos ter a honestidade de não comentar com maldade as ocupações das terras e das casas, a rapidez da descolonização.

Quanto a esta última, não há dúvida: antes assim do que a guerra, a opressão, a raiva. Antes assim, acima de tudo. Há tempos um estrangeiro perguntou-me: «que é feito das cinco partidas do mundo»? Respondi que estão lá, mas com governos diferentes. Como teria de ser. É o que acho. Acima de tudo, é melhor olhar para os outros de frente, nos olhos, sem baixar a cabeça nem olhar de alto. É sempre melhor a cumplicidade do riso. E mesmo que ainda não seja, por parte de alguns, completamente assim, é-o já por parte de muitos e é *bom* saber que estamos a construir um futuro *juntos*.

Quanto a esse futuro, o que temos a fazer é motivar as pessoas (independentemente das idades); dizer-lhes, para começar, que é possível. Jorge Luís Borges diz, em «O Fazedor», que «o sonho de um é parte da memória de todos.» E é-o, de facto, quando esse sonho é tornado real.

Mas é para já. O futuro é, já, o momento seguinte, aquele que nos chega por fazer. O peso do passado só será demasiado se nos reduzirmos à memória. Temos de nos livrar de fantasmas e saber que ainda é tempo. Mas não esperar. Quem espera nem sempre alcança. Pelo contrário: a maior parte das vezes, desespera. Legaram-nos uma grande falta de auto-confiança, de desconfiança em geral. Mas nós somos tão capazes como os outros. Temos é de agir, de não nos contentarmos com a mediocridade, com o «para quem é, bacalhau bas-

ta», dito, ainda por cima, economicamente desactualizado.

Esse legado de que falei foi o grande crime de que fomos vítimas. Mas chorar não é solução, lamentar até à eternidade e nada fazer é cobardia. Continuar a olhar para trás e a pensar como podia ter sido, não adianta. E fazê-lo é não só aceitar esse crime, como até continuá-lo, ao não mudar. Continuá-lo é fazer do castigo a certeza de que esse crime foi perfeito. Mas já chega: não há crimes perfeitos. Nem esse.

É, pois, preciso informar. Rever a História. Deixarmo-nos de lirismos. O 25 de Abril trouxe-nos a liberdade. Mas a liberdade implica a responsabilidade. Se nós somos livres, ninguém é responsável pelos nossos actos, a não ser nós mesmos que os cometemos. Não viver no passado não é esquecê-lo: é lembrá-lo e ir para a frente. Conhecer e lembrar os erros cometidos é a forma mais segura de não os repetir. Admitir que esse passado não foi perfeito, nem lírico, é o modo melhor de aceitar a nossa condição humana, de encarar o fracasso e saber como lhe resistir e tentar de novo.

Manter vivo o espírito do 25 de Abril não é usar, hoje, a linguagem de há 15 anos atrás. É saber o que se fazia antes, porque aconteceu a revolução e o que aconteceu depois. É assim que se motivam as pessoas: dando-lhes a conhecer a História. E, aqui, seria importante que os historiadores tivessem a coragem de confrontar a sua verdade histórica com a verdade histórica de África, por exemplo.

Dizer às crianças: «nós fomos os maiores» não conta nada e nem sequer explica o actual estado de coisas. Cabe aos historiadores um papel importante de reescrever uma verdade maior, mais inteira, mais verdadeira.

Cabe à televisão a grande responsabilidade de bem informar, sem esquecer que omitir, em muitos casos, é sinónimo de mentir. E a televisão tem um papel preponderante junto dos jovens, junto de uma geração tão facilmente apelidada de audio-visual.

Cabe aos cineastas fazer filmes onde mostrem o que foi, por exemplo, a guerra colonial. Qualquer jovem português sabe melhor o que foi a guerra do Vietnam do que o patético estrebuchar de um império, com capital em Lisboa, que levou à morte tantos dos seus jovens. E ainda há que falar dos milhares de estropiados, completamente ignorados por uma Pátria que se usou deles e os esqueceu. E, claro, nada disto se diz, tudo é passado para trás das costas.

É, pois, natural que a malta mais nova abra a boca para dizer enormidades das quais nem sonha o tamanho. Porque ninguém lhes diz nada.

A memória de um povo morre quando lhe morrem os velhos cuja história não foi contada.

É certo que os jovens não perguntam. Mas a curiosidade é como tudo: tem de ser espevitada e, depois, alimentada. Então, cabe perguntar: que se faz, nas escolas, para incentivar os jovens à descoberta da sua própria cultura? Porque é que os governos insistem em programas escolares ridículos e estéreis, absurdamente longos, nos quais nada se aprende e com os quais nunca se chega à nossa História recente? O que é que se pretende com este lento esquecimento?

Entretanto, o lirismo continua. Fala-se de África, de colaboração com os Palop. E diz-se: «nós temos um relacionamento ancestral, com África. Tentos uma História comum e uma cultura interligada». Tudo isso é muito bonito. Mas se não contarmos essa História, se não falarmos dessa cultura, se não dermos aos agora jovens a possibilidade de conhecer e agir sobre esses dados, mais cedo ou mais tarde haveremos de nos queixar amargamente. Porque a Amizade também tem de ser alimentada. África não ficará, eternamente, à espera de nós.

O que é, pois, preciso é fazer perguntas, pedir explicações, exigir responsabilidades. No desenrolar destes 15 anos muitas coisas estranhas se passaram. Antes do 25 de Abril, havia a P.I.D.E., por exemplo. É bom que a malta saiba que nem sempre se pôde dizer o que se queria. Que nem sempre o pensamento foi livre. E que, mesmo agora, quantas vezes o não é, ainda. É bom que os estudantes saibam que podem fazer manifestações e marcar reuniões com o ministro e que o mais irritante, agora, é que os ministros, em geral, não comparecem a essas reuniões demonstrando sabe-se lá que desinteresses pela opinião dos estudantes. Há apenas 15 anos não era assim. Nem sequer havia manifestações: eram proibidas por lei.

É claro que a minha geração também não viveu isso. Mas alguns de nós tiveram a sorte de ter quem o contasse. Por isso, os que sabem não querem a repetição.

Por isso, também é estranho não saber o que é feito dos Pides e, todavia, saber que um dos símbolos do 25 de Abril está preso. Há muitas coisas obscuras nos caminhos que percorremos. Há muitas coisas que apurar. Por isso, também, os jornais têm responsabilidades. As editoras. Finalmente, todos nós. Como disse o poeta: «o que faz falta é avisar a malta».

Chega de resumir Portugal a um certo fado, ao destino trágico do coitadinho ao qual, por ser trágico, não podemos escapar. Todos nos escandalizamos quando um estrangeiro diz aquilo que consideramos injustiças tremendas sobre todos nós. Disparates que nascem da ignorância. Mas não podemos esperar que sejam os outros a reconhecer o valor que temos e somos, se nós próprios nos negamos esse valor. Se continuamos a dizer que «neste país nada se faz, neste país nada acontece». Nós, para começar, temos o poder do voto livre. Para isso é importante mantermo-nos informados, para depois sabermos escolher e, mais tarde, podermos exigir dos governantes que nos governem com saber e com justiça, em vez de nos queixarmos sempre que o que eles fazem é governarem-se. A culpa disso, afinal, é de todos. Somos nós que votamos ou não. Se não estamos contentes temos, ainda, de aprender a dizer «não» a quem não nos serve. Temos, ainda, de aprender que dar opinião não é crime.

Temos de parar de pedir desculpa por sermos portugueses. Chega de lamentar o passado. Agora é o momento em que estamos a viver. Agora é o momento em que é possível decidir, mudar. Lembremo-nos: «Hoje é o primeiro dia do resto da tua vida». Quanto mais não seja, por esta possibilidade, festejar o 25 de Abril é um acto de honestidade.

Que viva o 25 de Abril!

Emília Ferreira

INTERVENÇÃO do Tenente Coronel FISHER LOPES PIRES

Há cerca de um ano foi afirmado publicamente por alguém que o 25 de Abril era um facto histórico do passado.

Creio, porém, que a presença de Vs. Exas. neste auditório desmente frontalmente essa afirmação e demonstra, de forma clara e inequívoca, que o 25 de Abril é um facto do presente e, acima de tudo, um facto do futuro.

Com efeito é com base no espírito de Abril, especialmente no que respeita às suas vertentes de Liberdade, Democracia e Justiça Social, que todos temos de construir o futuro de Portugal, que desejamos melhor e mais feliz.

Por isso, em nome da Associação, em nome dos Capitães de Abril, não posso deixar de agradecer a vinda de Vs. Exas. a esta sessão, pelo que ela traduz de solidariedade, de confiança e de estímulo na defesa dos ideais que, há quinze anos, nos levaram a derrubar a ditadura. Bem hajam por isso!

Não é por acaso que a Associação 25 de Abril inicia nesta data o seu ciclo de comemorações da Revolução dos Cravos. Em 16 de Março de 1974, com a revolta das Caldas da Rainha, deu-se o primeiro afrontamento armado com o regime de então.

Mais do que analisar as razões directas dessa acção importa, neste momento, reconhecer quanto ela nos ajudou e agradecer aos nossos camaradas que a de-

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

sencadearam os ensinamentos que a sua atitude nos proporcionou.

Tive ocasião, nessa altura, de percorrer demoradamente a zona do aeroporto e da portagem da auto-estrada, procurando convencer as forças fiéis ao Governo a não fazerem fogo sobre os revoltosos. E o que vi foi suficientemente elucidativo.

A desorganização era total, o pânico dominava por completo os ministros presentes no local, a confusão era indescritível. Se alguém disparasse um tiro estabelecer-se-ia o caos e, por certo, os elementos que ali estavam matar-se-iam uns aos outros.

Por isso nessa tarde, falando com vários oficiais desalentados e amargurados com o fracasso da revolta, surpreendi-os dizendo que nada estava perdido mas que, pelo contrário, podíamos ter a certeza de que a nossa Revolução venceria. Pouco mais de um mês decorrido a previsão confirmou-se. Por isso aqui estamos.

Corolário de um processo de confrontação militar iniciado com a contestação do Congresso dos Combatentes realizado em Julho de 1973, o 25 de Abril não pode ser considerado isoladamente da luta permanente e porfiada levada a cabo pelo povo português contra a ditadura instaurada em 28 de Maio de 1926.

Surge, assim, como consequência lógica de uma longa série de acontecimentos em que pequenos núcleos militares ou grandes massas populares manifestaram claramente a sua oposição ao regime através de revoltas, greves e outras contestações.

Para esses homens e mulheres que nos antecederam na luta pela Liberdade e que, nunca desfalecendo no combate à opressão, souberam manter inviolado o seu sonho de um Portugal livre e democrático, vão as nossas comovidas homenagens e o nosso reconhecimento pelo alto exemplo de patriotismo e de perseverança que nos deram.

Prestes a completarem-se quinze anos sobre o 25 de Abril entendo ser já possível fazer um balanço geral das mudanças ocorridas desde então.

No plano externo, Portugal recuperou o seu lugar no mundo e a sua dignidade nacional, reconquistou o respeito de todos. Embora pequeno, o nosso País é hoje um interlocutor privilegiado em muitos assuntos, nomeadamente no diálogo com a África.

Realizou-se uma descolonização que, se não correspondeu inteiramente ao que previ-ramos, foi a descolonização possível face a circunstâncias exteriores que escapavam totalmente ao nosso controlo. Para a efectivar os Capitães de Abril viram-se sozinhos pois, embora militantes seus colaborassem individualmente no processo, todos os partidos políticos (sem excepção) se recusaram a ajudar-nos alegando que o problema era exclusivamente nosso.

É importante recordar essa atitude que então nos surpreendeu. Muitos dos que depois nos criticaram não souberam ou não quiseram, na devida altura, dar-nos qualquer apoio.

Após um período de compreensíveis desconfianças e ressentimentos, as relações com as antigas colónias desbloquearam-se e hoje apresentam-se com as melhores perspectivas globais.

Apesar dos possíveis erros cometidos por cada um, os povos de língua oficial portuguesa sentem-se hoje como irmãos e dão solidariamente as mãos na procura de soluções justas e equilibradas para os diversos problemas com que se defrontam.

Só esta mudança de atitude, só este novo espírito de compreensão mútua e de fraternidade, seriam já suficientes para que o 25 de Abril pudesse ser considerado um marco notável da história contemporânea.

No aspecto interno também as transformações foram importantes. Talvez muitos portugueses não se apercebam bem como as suas mentalidades mudaram e como a sua vida se alterou. Conhecem agora ideias que desconheciam e problemas que ignoravam, têm opinião sobre os mais diversos assuntos, aprenderam a criticar e sabem que o podem livremente fazer.

O fortalecimento do poder local, o empenhamento na resolução de casos concretos, a possibilidade de intervir na vida pública, a alteração das regras que regiam a sociedade, criaram uma nova dinâmica social que se traduziu num comportamento mais aberto e mais consciente que se mostra não só nas relações dos indivíduos entre si mas também no próprio relacionamento com o grupo.

Os eternos saudosistas falam, lamentosamente, dos tempos passados em que, segundo eles, havia paz, ordem e abundância. Mas, na realidade, grande parte dos problemas que temos enfrentado têm as suas raízes na ditadura. Um centralismo feroz, aliado a total carência de visão e a uma política de entesouramento sem investimento, deixaram o País num estado tal que as suas consequências se fazem sentir ainda hoje. Não foi impunemente que Portugal viveu largos anos «orgulhosamente só» e governado por iluminados.

Porém a verdade indesmentível é que hoje se vive em democracia, não se podendo mesmo esquecer que a actual realidade política é consequência directa do 25 de Abril e não seria possível sem ele. Resultou de um acto democrático livre, impensável nos tempos do regime anterior, e quer os que defendem quer os que contestam essa realidade o podem fazer em plena Liberdade, a Liberdade que os militares trouxeram de novo a Portugal após quarenta e oito anos de opressão.

Assim, o regresso ao passado é absolutamente inviável não obstante as nuvens que, por vezes, têm toldado o sol da Democracia. Mas nessas situações há que ter bem presente que os Capitães de Abril estão permanentemente atentos e que, com eles, o povo impedirá que o 24 de Abril volte a ser uma realidade.

Creio, porém, que esse perigo não existe e que, embora com versões diferentes, todos desejam uma vida democrática e livre.

Analisados, embora de forma resumida, os dois primeiros Dês — Descolonizar e Democratizar — que propusemos aos portugueses, vamos agora deter-nos um pouco sobre o terceiro: Desenvolver.

Se nos dois assuntos anteriormente referidos a intervenção dos militares foi dominante, o mesmo não se pode dizer no que respeita ao desenvolvimento. Este tem sido, e continuará a ser, campo privilegiado de actuação dos políticos e dos economistas. Mas, na nossa perspectiva, não vem correspondendo ao que seria desejável e possível pois o desenvolvimento ultrapas-

O Ten.-Cor. Fisher Lopes Pires proferindo a sua intervenção

saem muito o mero crescimento económico que, ao longo destes quinze anos, parece por vezes ter constituído a finalidade única do Poder Político.

O desenvolvimento tem de ser harmónico e equilibrado, visando não só a melhoria das condições de vida e a produção de riqueza mas enquadrando também os aspectos social, cultural, histórico e humano. E isso, lamentavelmente, não tem acontecido.

Continua a não existir um planeamento nacional de desenvolvimento que tenha em conta os diversos factores intervenientes, conciliando-os e ajustando-os por forma a que, sobrepondo-se a preocupações de carácter puramente pragmático e economicista, seja possível ir eliminando progressivamente a assimetria litoral--interior, a dicotomia ricos-pobres, a desigualdade entre cultos e incultos. É, ainda, indispensável que a parte do produto que cabe ao trabalhador deixe de ser cada vez mais reduzida a ponto de haver atingido valores dos mais baixos da Europa.

Há, portanto, que tomar plena consciência da que o humano e o social têm de se sobrepor ao económico, não devendo ser por ele condicionados, e de que o Homem tem de ser o motor e o fim último do desenvolvimento e não este a subjugar o Homem.

Perante a situação ainda existente não podemos deixar de considerar o 25 de Abril como um processo inacabado por não terem sido atingidos, na sua plenitude, os ideais que o enformaram.

Cabe ao Poder Político dar execução correcta ao nosso terceiro D e é indispensável que ele assuma plenamente essa responsabilidade tal como nós, os Capitães de Abril, não rejeitamos a responsabilidade histórica pelos erros que cometemos e a assumimos frontalmente e sem hesitações.

Por isso nos magoa profundamente a ingratidão de alguns e nos amarguram as perseguições de que vimos sendo alvo ao longo dos anos. Mas não são estas tristes realidades que nos quebram o ânimo.

Consideramos que cumprimos a nossa promessa e, por isso, sentimo-nos com a consciência tranquila, o que talvez nem todos possam dizer. Tal como há quinze anos, não nos movem ambições pessoais, não procuramos situações de privilégio nem nos arrogamos como exclusivos depositários dos valores de Abril que, na realidade, pertencem a o povo.

Queremos, apenas, continuar a ser iguais a nós próprios. Iguais na nossa ingenuidade, na nossa lealdade, na nossa determinação na defesa intransigente dos desfavorecidos e dos humildes. Foi para eles que fizemos a Revolução, aquela Revolução que, numa manhã radiosa de Abril, floriu em cravos vermelhos, em alegria incontida, em esperança no futuro, essa esperança que desejamos transmitir à juventude para que ela a transforme em certeza.

Entendemos, assim, que o 25 de Abril deve ser sempre uma festa de alegria, de imaginação, de confiança, uma festa em que todos têm lugar independentemente das suas opções políticas.

Sinceramente cremos que, com perfeita consciência do papel importante que cabe a cada um na construção de um Portugal renovado, todos os portugueses sentirão intimamente como sua a frase proferida um dia por esse notável vulto da luta pela Liberdade que foi Martin Luther King:

> Não somos o que queríamos ser...
> Não somos o que devíamos ser...
> Não somos o que havemos de ser...
> Mas, graças a Deus, não somos o que éramos!
>
> ***Fisher Lopes Pires***

SAUDAÇÕES ENVIADAS À ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL PELA PASSAGEM DO 15.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

— Assembleia de Freguesia de St.º António da Charneca
— Assembleia Municipal de Alcochete
— Assembleia Municipal de Benavente
— Assembleia Municipal do Montijo
— Clube Recreativo Barroquense
— Comissão Trabalhadores da Alcatel
— Comissão Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos
— Falcão de Sousa e Nuno Santos Silva
— Junta de Freguesia do Beato
— Junta de Freguesia do Machico
— Manifesto Público de Grupo de Indivi dualidades de Santarém
— Núcleo da Associação 25 de Abril em Portimão
— Sargentos com Abril
— Sindicato dos Trabalhadores da Construção Mármores e Madeiras do Distrito de Lisboa
— Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços e Novas Tecnologias

(continuação da página 2)

Muitos dos objectivos fundamentais do 25 DE ABRIL estão por cumprir. Por isso, comemorar o seu 15.º Aniversário deve ser muito mais do que a evocação de uma efeméride, transformando-se também em jornada de reivindicação e luta pela erradicação urgente dos males que afligem a maioria dos portugueses e perturbam o funcionamento da sociedade, males que vão desde as mais variadas formas de miséria e de injustiça até à desvalorização do trabalho humano e dos trabalhadores.

Comemorar o 25 DE ABRIL deve ser ainda apelar à resistência democrática dos portugueses, contra a política economicista que nos governa e nos faz correr o risco de vermos importantes valores nacionais sacrificados ao desenvolvimento económico a qualquer preço. É indispensável e urgente introduzir factores de equilíbrio naquela política, sob pena de assistirmos, impotentes, à redução da independência nacional a níveis inaceitáveis e à alienação das empresas portuguesas mais rentáveis, de grandes parcelas do solo nacional e de outros bens patrimoniais.

É importante que os jovens saibam que os autores do 25 DE ABRIL quiseram que ele fosse o início de um processo contínuo e interminável de dignificação da pessoa humana e da vida, com a intenção de proporcionar às gerações futuras níveis de felicidade e de bem-estar individuais e colectivos cada vez mais elevados, num País livre, soberano e respeitado.

Grandes interesses e importantes privilégios foram e continuam a ser postos em causa por ABRIL, contrário a que o trabalho e os sacrifícios de tantos se transformem em fonte de riqueza de apenas uns poucos. Por isso, tem sido combatido, vilipendiado, perseguido. Cada vez com menos sucesso, já que o povo, no dia a dia, tem verificado a verdade, a nobreza e a força dos ideais que presidiram à vitória da Revolução dos Cravos.

ABRIL faz agora quinze anos.
A sua felicidade é a felicidade de todos.
Foi exemplar e por isso tentaram destruí-lo. O povo não deixou.
Quiseram depois fazê-lo esquecer. O povo não deixou.
Querem agora transformá-lo numa singela data. O povo não vai deixar.
Porque ABRIL é liberdade e a liberdade é indestrutível.
Porque ABRIL é fraternidade e a fraternidade é inolvidável.
Porque ABRIL é esperança e a esperança é futuro.

VIVA o 25 DE ABRIL
VIVA PORTUGAL

COMEMORAÇÕES POPULARES
DESFILE E COMÍCIO EM LISBOA EM 25 DE ABRIL

INTERVENÇÃO
do Presidente da Direcção da A25A

25 de Abril de 1974:

Termo de um regime iníquo, censório, violento, fossilizado.

Nesse dia «inicial, inteiro e limpo» tivemos a honra de saber interpretar a vontade de todo um povo e culminar de forma feliz a longa luta que vinha desenvolvendo pela reconquista da soberania que lhe fora usurpada havia já 48 anos.

Nessa madrugada radiosa, protagonizámos o virar de uma das páginas mais dramáticas da História da nossa velha Nação, ansiosa por sair do isolamento em que o fascismo a colocara e mantinha, e reencontrar, em paz e em harmonia com as outras nações, o rumo da era moderna de que em tempos fora pioneira destacada.

Nesse dia memorável, dávamos início a uma caminhada que ambicionávamos de felicidade, alicerçada na liberdade, na justiça, na fraternidade, na igualdade.

25 de Abril de 1974: nesses dias, quantas esperanças andaram à solta na boca e no coração do Povo...

Muitas dessas esperanças concretizaram-se, muitas mais têm vindo a ser adiadas por falta de vontade política para cumprir Abril em toda a sua plenitude. E, como sempre, quem sofre mais são os mais fracos e os mais humildes.

Por isso Abril continua a ser um projecto e um processo inacabado.

Dir-nos-ão que temos Democracia.

É um facto, mas a Democracia não se esgota no exercício mais ou menos periódico das formalidades eleitorais. Muito menos estas podem servir para obter o poder e utilizá-lo para justificar a asfixia de tantas outras formas de participação popular democrática, na condução dos interesses e destinos da Nação. E menos ainda para desvirtuar as regras democráticas e assim tentar prolongar esse mesmo poder indefinidamente.

Democracia significa diálogo, respeito pela opinião das minorias, transparência. Em vez disso a que assistimos? Os governantes procuram ignorar a opinião pública, onde cada vez se arreiga mais a convicção de que o oportunismo, o carreirismo, o compadrio, o tráfico de influências, a negociata inconfessável, a corrupção — mesmo aos mais altos níveis da governação — se convertem em instrumentos de obtenção de todo o tipo de vantagens pessoais, atropelando os direitos e interesses alheios e abalando perigosamente os alicerces morais que devem sustentar todo o edifício social. E fazem-no normalmente com a mais cândida irresponsabilidade e inteira impunidade. Cada vez mais arrogantes e impopulares, cada vez menos dialogantes e menos democráticos. Procurando justificações injustificáveis e atirando para o ar, à velha moda dos ditadores derrubados em Abril de 1974, acusações de cabalas e conspirações contra eles e de falta de patriotismo, como se eles fossem os únicos detentores do amor a Portugal e aos portugueses.

Mas democracia não é só democracia política. Querem confundir-nos, mas nós não o poderemos permitir.

É impossível atingir níveis de justiça e de bem-estar material e espiritual dignos de um país democrático, enquanto não se fizerem funcionar e não se desenvolverem como um todo coerente e harmónico as componentes social, económica e cultural da democracia.

É impensável um povo sentir-se feliz se for governado apenas como um factor de produção de riqueza, como se de uma mera máquina se tratasse, sem aspirações nem sentimentos.

É irrealizável a paz social, sobretudo quando essa riqueza, na sua maior parte, não é aplicada em benefício público, nem é distribuída com justiça pela totalidade dos cidadãos.

O poder não pode ignorar, como vem ignorando, estas verdades insofismáveis. A distribuição da riqueza nacional tem de ser justa e equilibrada. As diferenças entre os ricos e os pobres não podem continuar a aumentar como vêm aumentando. Temos de pôr fim ao alastrar da miséria moral e material que se vem verificando, ao mesmo tempo que prospera a fortuna fácil e ilegítima.

O princípio da igualdade de oportunidades não pode continuar a ser adulterado paulatinamente, pelo poder e pela influência, que o transformam cada vez mais numa figura de retórica política eleitoralista.

Dir-nos-ão que existem liberdades em Portugal e que a justiça funciona.

Não o contestamos, mas a liberdade plena nunca se atinge em sociedade, principalmente quando a dependência limita a acção, a sobrevivência corre perigo, o medo se instala.

Com efeito, vimos assistindo cada vez mais a uma acomodação generalizada, a um deixa andar, que denota cansaço, mas sobretudo medo de ser perseguido, e contra o qual é necessário lutarmos. Temos que ultrapassar essa situação. Só assim, usufruiremos das liberdades que são nossas.

E como aceitar situações como a que continua a sofrer Otelo Saraiva de Carvalho? Cada vez é mais claro que ele apenas continua preso porque é um militar de Abril, porque assume posições políticas de esquerda. Se fosse de direita, mesmo que acusado de actos da mesma natureza, certamente que teria outro tratamento. Que justiça é esta que não cumpre, ela própria, as leis e se prepara para o manter em prisão preventiva, por um período superior ao dobro do legalmente permitido?

Lamentamos que ele esteja a passar sem liberdade, mais um aniversário do Dia da Liberdade, que ele ajudou a restituir aos portugueses. Repudiamos e protestamos fortemente contra o procedimento dos responsáveis por tal situação.

Por tudo isso e porque nos recusamos a acreditar que seja responsável pelos crimes que lhe imputam e rejeitamos tratamentos

O desfile na Avenida da Liberdade

discriminatórios, defendemos a amnistia imediata para o Otelo e todos os seus companheiros.

Como aceitar que as liberdades existem se cidadãos sofrem brutal repressão na rua, apenas porque defendem os seus legítimos direitos de liberdade sindical?

Como é possível um Governo democrático chegar ao ponto de, recusando todo e qualquer diálogo, lançar forças policiais contra agentes da mesma corporação, denegrindo de forma radical a imagem civilizada que aqueles vinham publicitando e criando condições para situações altamente perigosas e dramáticas? Como é possível os responsáveis afirmarem levianamente que um deputado, também espancado e ofendido, «não estava ali na sua qualidade de deputado, pelo que esse espancamento não é grave», ou proclamarem que «actuações desta natureza não envergonham Portugal», e continuarem sem se demitir? E como é possível que os principais detentores do poder em Portugal os não demitam? Seja-me permitido, em contrapartida, realçar a acção determinada e corajosa dos elementos da PSP, na defesa dos seus direitos. Ao não terem medo e ao enfrentarem o poder e a hierarquia, são bem uma lufada de esperança no marasmo e na apatia que se verifica na sociedade em geral.

Consciente desse facto, o poder reagiu brutalmente, procurando amedrontá-los e fazê-los desistir. Demonstrando o seu carácter autoritário, procura intimidar-nos a todos com mensagens do tipo de «se eles fazem isto aos polícias que farão aos outros cidadãos?» Pois bem, daqui lhes afirmamos que não será assim que nos amedrontarão e evitarão que lutemos pelos nossos direitos, pelas nossas liberdades. E por isso, daqui enviamos a nossa solidariedade aos profissionais da PSP, na luta que desenvolvem pelos seus direitos de cidadãos livres num país democrático, e os exortamos a não desistir nessa justa luta. Todos juntos, teremos de vencer o medo que vêm tentando instalar no nosso seio e demonstrar-lhes que queremos e vamos continuar a ser cidadãos livres.

E atenção malta jovem.

Que isto sirva para vos mostrar como actua o fascismo. Se para nós isto não é novidade, vocês abram bem os olhos e vejam os perigos que correm se não defenderem as liberdades. É que já se está a falar muito de ordem pública e, se não nos pomos a pau, arriscamo-nos a acordar com um outro Rapazote a tentar tratar-nos da saúde.

Abril continua a ser um projecto e um processo inacabado.

Neste seu 15.º Aniversário, nós militares de Abril afirmamos a nossa vontade em continuar a lutar pela democracia, pela liberdade, pela justiça social.

Recusamos uma comemoração onde, cada vez com maior descaramento, nos teçam loas e elogios, ao contrário do resto do tempo, onde ser militar de Abril coerente com os seus ideais provoca sofrer perseguições ou marginalizações. Dispensamos bem o farisaísmo, a hipocrisia de quem, perseguindo-nos, marginalizando-nos ou dando simples cobertura a essas situações, aparece nestas alturas a proclamar os nossos bons méritos.

A essas loas preferimos actuação coerente com os ideais de Abril, no dia a dia. Que passa nomeadamente pela não nomeação para número um das Forças Armadas de um militar anti-Abril e perfeitamente identificado com o regime derrubado há 15 anos. Ou pela não admissão da instalação de armas nucleares em Portugal, ao arrepio do desanuviamento internacional, na procura duma Paz estável.

Estamos certos de que o Povo português não deixará que transformem «Abril» numa simples data do calendário e saberá lutar para que ele se cumpra.

Porque «Abril» é liberdade e a liberdade é indestrutível.

Porque «Abril» é fraternidade e a fraternidade é inolvidável.

Porque «Abril» é esperança e a esperança é futuro.

Vamos continuar

Viva o 25 de Abril
Viva Portugal

Vasco Lourenço

ALMOÇO CONVÍVIO NA ESTUFA FRIA EM 22 DE ABRIL

Intervenção do Presidente da Direcção

Foi há 15 anos.

Nesse dia «inicial, inteiro e limpo» soubemos culminar de forma feliz a longa luta do povo português, pela reconquista da soberania que lhe fora usurpada havia já 48 anos.

Nessa madrugada radiosa, demos início a uma caminhada em direcção a uma meta que ambicionavamos de felicidade, alicerçada na liberdade, na justiça, na fraternidade, na igualdade.

Desde então, temos comemorado os diferentes aniversários desse acontecimento histórico de que muito nos orgulhamos, com a alegria da festa, mas também com a tristeza de constatarmos que a democracia tarda a trazer à generalidade dos portugueses, nomeadamente aos mais desfavorecidos, resposta para grande parte das suas necessidades, das suas legítimas aspirações.

Mais uma vez, aqui nos encontramos a festejar, com alegria, o dia primeiro do novo Portugal, a demonstrar que continuamos dispostos a não deixar que fechem as portas que Abril abriu.

Aproveitamos, mais uma vez, para algumas reflexões sobre a situação que vivemos, depois de 15 anos de liberdade.

Seja-me permitido, em primeiro lugar, constatar e repudiar o tratamento desigual que continua a ser tido para com um dos nossos, o Otelo. Cada vez é mais claro que ele apenas continua preso porque é um militar de Abril, porque assume posições políticas de esquerda. Se fosse de direita, mesmo que acusado de actos da mesma natureza, certamente que teria outro tratamento.

Por tudo isso, porque nos recusamos a acreditar que seja responsável pelos crimes que lhe imputam, porque rejeitamos tratamentos discriminatórios, porque não aceitamos que continue em prisão preventiva por um período superior ao dobro do legalmente permitido, defendemos a amnistia imediata para o Otelo e todos os seus companheiros.

Apesar de habituados já a essa situação, não quero deixar de mais uma vez denunciar a permanente marginalização, quando não perseguição, a que os militares de Abril são sujeitos, no dia a dia, por parte dos diferentes poderes. Situação que torna quase natural a atitude que tiveram, ao nomear para número um das Forças Armadas um militar anti-Abril e perfeitamente identificado com o regime derrubado há 15 anos.

É bom que todos se convençam de que nós, militares de Abril, dispensamos perfeitamente as loas que nos tecem por alturas dos aniversários do 25 de Abril, se mantiverem a perseguição, a marginalização, ou a sua simples cobertura, com que nos brindam durante o resto do tempo.

Assistimos, no dia a dia, ao agravamento da vida dos portugueses. Ao mesmo tempo, a acção dos governantes é cada vez mais criticável, cada vez mais impopular, cada vez mais arrogante, cada vez menos dialogante, cada vez menos democrática. Perante a denúncia de casos e situações inaceitáveis e inacreditáveis, continuam arrogantes e esbracejando e vociferando acusam a torto e a direito. Só vêem cabalas e conspirações contra

(continua na página seguinte)

Vista parcial dos participantes no almoço da Estufa Fria

(continuação da página anterior)

eles e começam, em desespero de causa, a acusar os adversários políticos de anti-patriotas, apenas porque eles não concordam com as suas posições (onde e há quanto tempo é que eu já ouvi isto?!).

Perante tudo isto, torna-se imperioso modificar a grande indiferença, a enorme apatia, o imenso medo que se tem vindo a apoderar da maioria dos portugueses.

A luta pela sobrevivência, o medo de ser perseguido, o cansaço, têm vindo a fazer com que as pessoas lutem cada vez menos pelos seus direitos, se acomodem e deixem os novos senhores avançar e instalar-se.

Faço aqui uma referência especial à acção dos elementos da PSP que vêm lutando, com coragem e determinação, pela defesa dos seus direitos. Ao não terem medo e ao enfrentarem o poder e a hierarquia, são bem uma lufada de esperança no marasmo e na apatia que se verifica na sociedade em geral.

Consciente desse facto, o poder reagiu brutalmente, de costas viradas para o diálogo, procurou amedrontá-los e fazê-los desistir. Ao mesmo tempo procuram amedrontar a generalidade dos portugueses com mensagens do tipo de «se eles fazem isto aos polícias, que farão aos simples cidadãos?». Por tudo isso, é fundamental que os profissionais da PSP não desistam, na luta pelos seus direitos de cidadãos livres num país democrático, e daqui lhes enviamos a nossa solidariedade nessa luta.

Os valores, os ideais de Abril estão cada vez mais a ser postos em causa. Hoje não se pode afirmar que qualquer deles esteja consumado. Neste momento, quando o desanuviamento internacional é cada vez maior, quando a Paz é um objectivo cada vez mais ansiado, assistimos mesmo que, ao arrepio desse movimento, em Portugal os responsáveis admitem a instalação de armas nucleares.

Por tudo isto, e muito mais, Abril continua um processo inacabado.

Continuo convicto de que a Associação 25 de Abril tem um papel importante a desempenhar na defesa e na consolidação dos valores de Abril — da Liberdade, da Democracia, da Justiça Social.

Considero que a Associação 25 de Abril continua a ter um lugar próprio em Portugal e deve continuar a reforçar a sua acção e a posição digna e respeitada que já alcançou na sociedade portuguesa.

A sua continuação, a sua afirmação, o seu esforço, não serão, no entanto, obra de apenas uns tantos, nomeadamente dos membros dos corpos sociais. Terão que ser fruto da acção de todos. A Associação 25 de Abril terá de ser viva. E ela só será viva se os seus associados o quiserem. Se participarem na vida associativa, nas suas diferentes vertentes. Por isso, terá de verificar-se uma maior militância dos associados, sob pena de a Associação 25 de Abril vir a estiolar e morrer. Essa militância, espero, deverá revelar-se já nas diversas actividades que a Associação 25 de Abril está a organizar para as comemorações deste 15º Aniversário do 25 de Abril, de que destaco o espectáculo de hoje no Coliseu. E essa participação deverá culminar na Assembleia Geral no próximo dia 6.

Vamos continuar

Viva o 25 de Abril
Viva Portugal

Vasco Lourenço

COLABORAÇÕES

Colaboraram com a Direcção da A25A, nas comemorações do 15.º Aniversário do 25 de Abril, inúmeras entidades colectivas e individuais.

Só assim foi possível a realização de um tão vasto programa de comemorações. Ainda que correndo o risco de omitir algum nome, registam-se com agrado os apoios das seguintes entidades:

Academia de Amadores de Música; Academia Militar; Associação de Ciclismo de Lisboa; Associação de Ciclismo de Setúbal; Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras; Associação Portuguesa de Deficientes; Associação Portuguesa de Escritores; Associação de Xadrez de Lisboa; Ateneu Comercial de Lisboa; Atlético Clube de Alvalade; Bar-Caracol de Setúbal; Bento Pedroso Construções S.A.; Bombeiros Voluntários da Trafaria; Câmara Municipal de Ajustrel; Câmara Municipal de Almada; Câmara Municipal da Amadora; Câmara Municipal de Castanheira de Pera; Câmara Municipal de Castro Verde; Câmara Municipal de Constância; Câmara Municipal de Gavião; Câmara Municipal de Lisboa; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Ourém; Câmara Municipal de S. Brás de Alportel; Câmara Municipal de S. João da Pesqueira; Câmara Municipal do Seixal; Câmara Municipal de Sines; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão; Caves Almeirim — Ribatejo, Lda; Casa das Bandeiras — Costa e Monteiro, Lda; C. B. Caparica; Centrafer; Clube Atlético de Alvalade; Clube Cultural e Recreativo do Alfeite; Clube Leões de Moura; Clube Luso; Clube Nabância; Colégio Militar; Comissão de Trabalhadores da E.DP; Comissão de Trabalhadores da Tranquilidade Seguros EP; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - IN; Comissão Unitária Reformados da Apelação; Cooperativa U.C.P. «Esquerda Vencerá»; Cooperativa TEPCLIMA; Cooperativa de Ensino do Faranjeiro; Coopinhal; Coopbancários; Cotec; Cruz Vermelha Portuguesa; Delegação de Lisboa da D.G.D.; Delegação Geral da Comunicação Social; Embaixada da R. Popular de Angola: Embaixada da R. Federativa do Brasil; Embaixada da República de Cabo Verde; Embaixada da República da Guiné-Bissau; Embaixada da R. Popular de Moçambique; Embaixada da R. Democrática de S. Tomé e Príncipe; Escola Nacional de Halterofilismo; Escola Secundária Sebastião da Gama; Estado Maior do Exército; ETEI - Comércio Internacional; Federação Portuguesa de Atletismo; Federação Portuguesa de Ciclismo; Federação Portuguesa de Cinema; Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio; Federação Portuguesa de Ginástica; Federação Portuguesa de Halterofilismo; Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal; Federação dos Sindicatos dos trabalhadores Ferroviários Portugueses; Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos; Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal; Fundação Borja da Costa; Fundação Calouste Gulbenkian; Grupo Etnia Negra; Grupo de Teatro «A Barraca»; IAG-Artes Gráficas, Lda; Instituto Militar dos Pupilos do Exército; Instituto Português de Cinema; Junta de Freguesia de Alcântara; Junta de Freguesia de Almada; Junta de Freguesia de Corroios; Junta de Freguesia do Laranjeiro; Juntade Freguesia da Pontinha; Junta de Freguesia da Trafaria; Lisboa Ginásio Clube; NOEF; Proença -Cooperativa Operária Artes Gráficas; Rádio TSF; Regimento de Sapadores Bombeiros; Rodoviária Nacional; SIEER -Shipmanagement Services, Lda; Sindicato dos Bancários do Centro; Sindicatodos Bancários do Sul e Ilhas; Sindicato Democrático da Indústria Corticeira; Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações e Correios; Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte; Sindicatodos Fer-

roviários do Sul; Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro; Sindicato dos Marinheiros Mercantes de Portugal; Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias; Sindicato Nacional de Energia; Sindicato Nacionaldos Trabalhadores das Telecomunicações; Sindicato dos Profissionais de Lacticínios; Sindicato dos Telefonistas do Norte; Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Beja; Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora; Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto; Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas; Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa; Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul; Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio do Distrito de Viana do Castelo; Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga; Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da RAM; Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte; Sindicatodos Trabalhadores daIndústria de Bebidas da Região Norte e Centro; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares dos Distritos de Lisboa, Santarém e Portalegre; Sindicatodos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármores e Madeiras do Alentejo; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga; Sindicatodos Trabalhadores das Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Leiria; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira; Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Distrito de Leiria; Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca; Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul; Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro; Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul; Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Viana do Castelo; Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Distrito do Porto; Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga; Sociedade Filarmónica União Artística Piedense; Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário»; Sociedade Portuguesa de Autores; Sporting Clube de Portugal; Sport Grupo Sacavenense; Sport Lisboa e Benfica; União Geral de Trabalhadores -UGT; União dos Sindicatos do Distrito de Braga; USL/CGTP-IN; USC/CGTP-IN; União dos Sindicatos de Aveiro.

Igualmente se registou e se agradece a colaboração dos seguintes associados e amigos:

Adérito Lopes; Alves Barbosa; António Almeida Santos; António Baltazar Lourenço; António Cunha; António Domingues; Armindo Cardoso; Avelino Silva; Barata Moura; Boaventura Sousa Santos; Carlos Matos; Carlos Rafael; Celeste Amorim; Cid Simões; Dourada Mendes; Eduardo Gageiro; Fernando Lino; Fernando Lopes Graça; Fernando Pieira Santos; Fisher Lopes Pires; Glória Marreiros; Inácio Ludgero; João Luís Pereira de Castro; João Lucas; João Vieira, Jorge Rodrigues; José Borrego; José Carlos Pratas; José Mendes Covas; Luís Lobo; Madalena Sá Pessoa; Manuel Pilo da Silva; Manuel Rodrigues; Maria Alice Reis; Maria Belarmina; Maria Emília Ferreira; Maria Teresa Camilo; Maria Ondina Braga; Mário Cabrita Gil; Natália Correia; Odete Viana; Paixão Esteves; Paixão Moreira; Rosalina de Almeida; Vasco Granja; Viriato Camilo.

CONVITES RECEBIDOS

— **Clube do Sargento da Armada**
Sessão solene em 26/2/89

— **Com. Organizadora e Com. Executiva do I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa**
Cerimónia de inauguração em 1/3/89

— **Câmara Municipal de Loures**
I as Jornadas de reflexão em 4-5/3/89

— **Clube do Sargento da Armada**
Colóquio com eurodeputados em 9/3/89

— **Movimento Português contra o Apartheid**
Reunião de preparação de um Encontro Internacional de Apoio à Independência da Namíbia em 14/3/89

— **Com. Promotora das Comemorações do 14.º Aniversário da Nacionalização da Banca e Seguros**
Jantar-convívio em 14/3/89

— **Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais**
Sessão pública comemorativa do Dia do Consumidor em 16/3/89

— **Clube Militar Naval**
Lançamento do Livro «Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho» em 16/3/89

— **Movimento Português contra o Apartheid**
Encontro Internacional para a Independência da Namíbia em 19/3/89

— **Centro Comercial Olaias loja 102**
Exposição de João Vaz de Carvalho, 31/3 a 3/4/89

— **Conselho Português para a Paz e Cooperação**
X Assembleia da Paz em 1/4/89

— **Associação Sindical dos Profissionais da PSP Sul e Regiões Autónomas**
Almoço-Convívio em 1/4/89

— **Partido «Os Verdes»**
IV Convenção Nacional do Partido Ecologista em 1-2/4/89

— **Com. Organizadora da Homenagem Nacional ao Conselheiro José Magalhães Godinho**
Almoço em 2/4/89

— **Instituto de Estudos Profissionais — Finalistas do Curso de Secretariado**
Debate sobre o 25 de Abril em 2/4/89

— **Com. da Condição Feminina, Presidência do Conselho de Ministros e Instituto de Defesa Nacional**
Seminário sobre «As mulheres, a identidade cultural e a Defesa Nacional» em 5-6-7/4/89

— **Grupo Parlamentar do PCP**
Debate/colóquio sobre o tema «As grandes opções da Revisão Constitucional» em 7/4/89

— **Câmara Municipal da Chamusca**
Encontro sobre «As atitudes perante a morte» em 7-8/4/89

— **Centro Cultural da Damaia**
Exposição de Silvana Godinho em 7/4/89

— **UDP**
8.º Congresso em 8-9/4/89

— **CDU**
Forum CDU/ Alentejo em 9/4/89

— **Com. Trabalhadores da EDP**
14.º Aniv. da Nacionalização do Sector Eléctrico em 13/4/89

— **Com. Organizadora da Siderurgia Nacional EP Maia**
14.º Aniversário da Nacionalização (sessão solene) em 14/4/89

— **Clube do Sargento da Armada**
Encontro com a Comunicação Social sobre «O clube do Sargento da Armada, uma realidade. Sede Social, um espaço ameaçado» em 20/4/89

— **Associação Portugal - URSS**
Sessão comemorativa do Aniversário de Lenin em 21/4/89

— **Galeria Voz do Operário**
Exposição de Rogério Ribeiro em 21/4/89

— **Com. Promotora do Forum Nacional em Defesa da Constituição**
Sessão de abertura em 23/4/89

— **Crac Filmes**
Apresentação da Editora em 4/5/89

— **Câmara Municipal de Silves**
Exposição de João Luís em 6/5/89

— **Escola Secundária D. Pedru V**
Debate sobre a Guerra Colonial em 11/5/89

— **Ana Isabel**
Inauguração da exposição de Isabel Sabmo em 11/5/89

— **Conselho Português Para a Paz e Cooperação**
Seminário «Portugal e a Segurança e Cooperação Europeia» em 12-13/5/89

— **Com. Trabalhadores da Cimpor -Alhandra**
Almoço Comemorativo do 14.º Aniversário da Nacionalização da Indústria Cimenteira em 13/5/89

— **Associação de Deficientes das Forças Armadas**
Cerimónia de lançamento da «Primeira Pedra» da nova Sede Social em 14/5/89

— **Teatro da Cornucópia**
Estreia de «O Público» de Frederico Garcia Lorca em 17/5/89

— **CGTP-IN**
VI Congresso em 17-18-19-20/5/89

— **Galeria Quadrado Azul**
Exposição de pintura e gravura de Antom Clave em 19/5/89

— **Associação Portugal-Checoslováquia**
III Encontro de Amigos da Checoslováquia em 27/5/89

— **Movimento Democrático das Mulheres**
«Um Parlamento Europeu Alternativo de Mulheres» em 27-28/5/89

OFERTAS DIVERSAS

— **1 disco «Angola a luta continua»**, *oferta do apoiante Bonfim Ricardo*

— **1 medalha comemorativa do 14.º aniversário nacionalizaçãoda Bancae Seguros**, *oferta do Com. Promotora das Comemorações do 14.º Aniversário*

— **1 medalha comemorativa do 10.º aniversário do MURPI**, *oferta da Comissão Permanente do MURPI*

— **1 galhardete**, *ofertado Sport Lisboae Benfica*

— **1 galhardete**, *oferta da Física de Torres Vedras*

— **1 medalha**, *oferta da Junta de Freguesia de Carnaxide*

— **1 galhardete**, *oferta da Câmara Municipal do Seixal*

— **1 guião**, *oferta da Câmara Municipal de Moura*

— **1 medalha**, *oferta da Câmara Municipal de Moura*

— **1 galhardete**, *oferta do G.D.C. Nabância*

— **1 placa**, *oferta do C.R.A.M. «Os Leões»*

— **1 galhardete**, *oferta de Junta de Freguesia da Ponninha*

— **1 medalha**, *oferta da Junta de Freguesia de Sacavém*

— **Emblemas comemorativos do 15.º Aniversário do 25 de Abril**, *oferta da Câmara Municipal de Sesimbra*

— **1 miniatura do monumento existente em Sesimbra evocativo ao 25 de Abril**, *oferta da Câmara Municipal de Sesimbra*

— **1 placa comemorativa do 15.º Aniversário do 25 de Abril**, *oferta do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa CESL*

— **1 medalha comemorativa**, *oferta da Associação Recreativo e Cultural dos Oriundirios de Portugal - Nanterre*

— **1 medalha**, *oferta da Companhia de Seguros Tranquilidade*

— **1 placa comemorativa do 15.º Aniversário do 25 de Abril**, *oferta do Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos*

— **1 medalha comemorativa do 60.º aniversário da publicação da 1.ª obra da escritora e pedagoga Irene Lisboa**, *oferta da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos*

ACTIVIDADES CULTURAIS

No domínio das iniciativas culturais a Associação 25 de Abril honra-se também de ter levado a cabo neste aniversário algumas realizações relevantes, mercê da colaboração de figuras de proa da vida cultural portuguesa, solidárias com Abril e com os objectivos da Associação.

Seja-nos permitido destacar a edição do disco «Canções do 25 de Abril» e «13 Canções Heróicas», com música de Fernando Lopes-Graça sobre poemas de alguns dos mais destacados poetas portugueses, o espectáculo «O Baile» de que a Barraca dedicou à nossa Associação uma sessão, a Exposição de Artes Gráficas, Medalhística, Fotografia, Literatura e Documentação, patente no Palácio Foz até ao dia 30 de Abril, com projecção de «slides» para o exterior alusivos à Revolução dos Cravos, o Cinema, que se promoveu durante 4 dias no Auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian, com a projecção de vários filmes distribuídos por 3 sessões em cada dia.

Sessão de Teatro «O BAILE»

No dia 12 de Abril e inserido nas comemorações do 15.º Aniversário teve lugar uma sessão de teatro «O Baile» promovida pela Barraca, que constituiu um extraordinário e impressivo documento, que transformou as cenas num encadeado de situações vividas no quotidiano dos portugueses, durante os negros anos do fascismo.

De assinalar ainda o excelente texto que Helder Costa escreveu expressamente para a sessão de teatro, dedicado aos capitães de Abril.

OBRIGADO, MALTA DO 25 DE ABRIL!

Dois dias antes do 25 de Abril, estava eu em Paris dirigindo um encontro de activistas de teatro — consequência do trabalho do «Teatro Operário» — onde se encontravam cerca de 250 «militantes» (actores, técnicos, directores, autores, etc.).

O interessante desta reunião é que todos os participantes — com algumas habituais, tradicionais e honrosas excepções de intelectuais — eram da massa trabalhadora: operários, mulheres a dias, empregados do comércio, etc.. Mais interessante ainda é que toda essa gente estava a fazer espectáculos escritos, pensados e dirigidos por eles. Quer dizer, em linguagem que toda a gente entende, que o velho sonho de cada um agarrar o seu destino e os seus desejos nas suas mãos, estava a tentar realizar-se através de um coisa muito simples (e difícil) e normal (e estranha) que era cada um pôr em público as suas aspirações, lutar por elas e defendê-las, dar a cara, assumir-se.

Esta era uma das coisas que se passava na emigração e no exílio. Ao mesmo tempo, nesse início dos anos 70, tínhamos notícia do festival de música no Coliseu, de novas prisões de democratas e do descontentamento nas forças armadas.

E um dia, cheguei a casa de um amigo e a filha, que estava a passar a ferro, disse-me: «Olha, parece que houve um golpe em Portugal!».

— «Golpe? Oh diabo!»

É evidente que todos nós (mesmo os que estão mais ligados ao fenómeno teatral e, por conseguinte, mais habituados ao jogo da surpresa e da contradição), pensámos no golpe da extrema-direita, no reforço do cadáver político salazarista, no adiamento de passos indispensáveis para a nossa libertação.

Afinal, alguém tinha sido mais teatral que nós.

Era o 25 de Abril, com toda a carga emotiva, sensível, radical e humorística que só existe nos momentos históricos de excepção. Foi bonito. Foi muito bonito porque correspondeu a um sentimento nacional. Contra o sufoco, entrou uma lufada de ar.

Depois, como se sabe, muita gente começou a fazer e a tentar fazer coisas. Entre essa gente, A BARRACA, filho legítimo de um regime que autorizou a liberdade de expressão.

O que A BARRACA tem tentado fazer é de uma enorme clareza: quer clarificar o nosso passado, quer tirar a poeira da interpretação da nossa História, quer ajudar a preparar um povo e um país para os desafios do presente e do futuro, quer actuar (custe o que custar), na nossa vida do dia-a-dia.

Esta posição paga-se e não recebe pagamento.

Mas a verdade é que há poucas coisas que compensem a felicidade de nos sentirmos em relação com o pulsar da Nação, e também a certeza de sabermos que a nossa velha luta se transformou numa memória de honra, prazer e afectividade.

O lugar de A BARRACA é conhecido. E continuará a ser reconhecido.

Só nos resta agradecer à malta do 25 de Abril uma coisa muito simples: terem-nos dado a oportunidade de existirmos.

OBRIGADO, MALTA DO 25 DE ABRIL!

Helder Costa

CINEMA

A Associação 25 de Abril levou a efeito a realização de várias sessões de cinema no Auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 31 de Março, 14, 21 e 27 de Abril, com a colaboração da Federação Portuguesa de Cinema e Audiovisuais.

Foram exibidos os seguintes filmes:

— «Caetano Assassino», realização do Grupo Cinema Livre
— «Avenida da Liberdade», realização de José Morais
— «O Condenado», realização de Moreira de Pinho
— «A Última Guerra», realização de António Cunha e João Paulo Ferreira
— «As Armas e o povo», produção colectiva dos trabalhadores da actividade de cinematográfica
— «A Fuga», realização de Luís Rocha
— «O Ensaio», realização de Vasco Branco
— «Casas sim, barracas não», realização de Nuno Monteiro Pereira

No âmbito das sessões de cinema, a Federação Portuguesa de Cinema e Audiovisuais produziu a seguinte intervenção sobre «O Cinema de Amadores em Portugal»:

O CINEMA DE AMADORES EM PORTUGAL

Embora desde sempre conotado com uma certa imagem de «Cinema-Resistência», foi principalmente nos últimos anos da ditadura — ao longo da década de 60 e início dos anos 70 — que o cinema dito de amadores assumiu com maior convicção essa tendência, e até esse espírito, quer na abordagem de questões sociopolíticas feita, no mais das vezes, através de metáforas que procuravam ludibriar a censura, quer através de documentários de clara denúncia, ou até de reportagens, que os órgãos de informação eram então naturalmente proibidos de divulgar, sendo deles exemplo o filme «Caetano Assassino», realizado pelo grupo Cinema Livre.

O filme «O Condenado», realizado por Joaquim Moreira de Pinho em 1969, encerra uma clara referência à guerra colonial, o mesmo se verificando com o filme de Vasco Pinto Leite «Femina» (o qual, contrariamente ao previsto, não poderá infelizmente ser exibido nesta mostra).

Depois do 25 de Abril de 1974, esse cinema até aí escondido, quase clandestino, vem para a rua e faz proliferar os filmes de intervenção que denunciam com objectividade a herança da ditadura, e onde «Júlio de Matos, Hospital?», de Carlos Marques, ou «Casas Sim. Barracas Não», de Monteiro Pereira, são exemplos exac-

tos, enquanto que «A Última Guerra», de João Paulo Ferreira e António Cunha continua a ser um dos raríssimos filmes portugueses posteriores ao 25 de Abril que fazem uma abordagem à guerra colonial. Uma abordagem que não pretendeu ser uma análise dessa dramática época vivida pela juventude portuguesa, mas sim — e tão-somente — o necessário recordar duma realidade que não pode ser esquecida com tão evidente desprezo e leviandade.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CINEMA E AUDIOVISUAIS

Exposição no Palácio Foz

No dia 20 de Abril teve lugar no Palácio Foz a inauguração de uma exposição que reuniu trabalhos de artes gráficas, media lhística, fotografia e literatura, à qual pretendemos dar o seguinte significado: relacionar a liberdade conquistada em 25 de Abril com a liberdade de criação artística, qualquer que seja a forma por que se exprima.

O participantes foram apenas um número simbólico — demonstraram na pluralidade das suas aptidões a adesão ao acto libertador. Por outro lado, a variedade temática e a diversidade expressiva encontraram nesta exposição unidade de propósitos e comunhão democrática.

Lançamento de um disco com obras de Fernando Lopes-Graça

No dia 19 de Abril, teve lugar na Academia de Amadores de Música, o lançamento de um conjunto de obras de Fernando Lopes-Graça, vulto notabilíssimo da música portuguesa e prestigiada figura de democrata que a todos merece a mais alta consideração e o maior respeito.

Nas suas «Canções Heróicas» e «Canções do 25 de Abril» perpassa o espírito daqueles que, nunca desfalecendo na luta contra a opressão, souberam conservar-se iguais a si próprios e viver com emoção uma madrugada radiosa de Abril que floriu em cravos vermelhos, em alegria incontida e em esperança no futuro.

Saibamos todos compreender essa mensagem e nela encontrar a certeza de que o 25 de Abril se mantém bem vivo e presente no coração dos portugueses.

O programa de lançamento do disco constou de um recital de canções heróicas e tradicionais, pelo Coro de Amadores de Música, sob a direcção de José Robert; com o título «Vozes no Frio». Maria Emília Ferreira fez um comentário aos poemas das canções gravadas; finalmente foram executadas algumas peças do disco por Celeste Amorim (canto) e Madalena Sá Pessoa (piano).

A inauguração da Exposição no Palácio Foz

COMENTÁRIO DE MARIA EMÍLIA FERREIRA

INTRODUÇÃO

Apesar de a Associação 25 de Abril me ter convidado para vir falar, no lançamento deste novo disco do Maestro Lopes Graça, não é, naturalmente, da música que venho falar. E digo «naturalmente» porque me seria embaraçoso, como seria pouco conveniente o sapateiro ir mais além do que a chinela.

Para escapar a uma situação desse tipo, ficarei pela referência à importância desta obra através dos seus testemunhos literários.

Gostaria, apenas, de referir que este disco segue, de facto, uma tradição de cantar a nossa História e a nossa vida política (na sua expressão artística e especialmente musical), as nossas coisas, as nossas vidas, enfim que todos sabemos serem, felizmente, do interesse do Maestro. E, apesar de este disco não ir ser, facilmente, cantado pelas ruas, é bom ouvi-lo e saber que é com insistências destas e doutras no campo da música portuguesa que as gerações mais novas vão reaprendendo, por exemplo, a cantar em português.

Que não se entenda, porém, o meu silêncio em relação à música deste disco, naquilo que direi em seguida, como um desinteresse, mas, sim, como uma manifestação de um respeito que lhe é devido.

Quanto às palavras, elas são, afinal, o meu próprio veículo e é com elas que todos falamos, contamos a nossa história e lembramos. É, pois, sobre a sua importância no nosso crescimento, como indivíduos e como colectivo, que irei falar.

VOZES NO FRIO

Há coisas que ditas perdem muito do seu sentido, porque a voz que as diz lhes rouba o viço e a própria intimidade que lhes dá corpo e força. É por isso que falar de um poema é, sempre, um risco, por poder, tantas vezes, ser uma deturpação do seu próprio ser. O poema vive muito do silêncio que comporta. Daquilo que cada um junta de si próprio àquilo que lê, nas pausas do olhar e do pensamento.

Um poema, quando o é, nunca se dá todo num só momento, porque quem o lê (e, até, quem o faz crescer) não é, nunca, um todo absoluto num momento único.

A verdade — aquilo a que todos aspiramos — não é sempre a mesma; e não o é porque as coisas mudam, os homens mudam e aquilo que têm a dizer é sentido, dito e ouvido de maneiras diferentes. Por isso, Marx soube dizer que a verdade é a prática. Que devemos adequar o olhar àquilo que o rodeia e não espartilhar e reduzir a realidade a uma ideia antiga e ultrapassada.

Isto não significa que nos esqueçamos do passado. Mas também não significa que o tenhamos que perpetuar em cada gesto do presente.

No meio do erro e da incerteza, a Arte e, no caso, a poesia (e a música) dar-nos-á uma visão crítica, uma possibilidade de ver como foram sentidos os dias que já foram e como se enfunaram as camisas por esses tempos fora.

A Arte, em geral, (e a poesia, em particular) está, então, próxima da Verdade que

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

os filósofos buscam: por ser, sempre, possível ver mais, ir mais além. Há alguns anos, li uma entrevista dada por Sophia de Mello Breyner. Recordo uma frase: «O poema não se explica; implica.» Assim nascem as coisas: sem se explicarem, sem serem claramente, explicadas ou explicáveis. Apenas contendo nelas o máximo de possibilidades. Excedendo, naturalmente, quem as cria. Fazendo a ponte. Mostrando, também, os outros lados: o espelho e a face oculta. Assim se cria a memória. E assim se enriquece o Homem.

A História é-nos contada, regra geral, de forma simplista. De um lado, os bonzinhos, do outro os maus. Estranhamente, os bonzinhos é raro ganharem, sobretudo quando aquilo que se apregoa como bondade é apenas o silêncio, a aceitação. Uma História assim é difícil de engolir. Reduzir a acção e o progresso à vontade de isolados heróis mitológicos não dignifica, especialmente, um povo. Por muito bela que a mitologia seja. É que os deuses têm vidas diversas das nossas. As suas tragédias, por isso, não nos tocam. Nós somos humanos. Dizer que a raiva e a dor que sentimos, nunca foi, antes, sentida, deixa-nos na solidão da anormalidade.

Pelo contrário, saber que a História se construiu sobre dor e sangue, sobre alegria e pasmo, devolve-nos o olhar do outro, a cumplicidade, a comunhão.

A memória — esse saber do que passou — dá-nos a humanidade. É saber que ninguém nasce crescido, que todos vamos gerando um passado e que são esses passos dados que nos colocam onde estamos.

Olhemo-nos. Estamos, aqui, a falar de liberdade, do poder de criar o presente e o futuro. Do poder de dar os passos onde o futuro assentará.

Uma das coisas de que é, então, mais necessário falar é da quebra de silêncio que a memória nos vem dizer. A saber:

que «A Liberdade não é
de se dar, mas de tomar-se.
Liberdade que se dê
é apenas um disfarce.»

disse, há alguns fundos anos, Armindo Rodrigues.

Aqui e agora, o mês é Abril e tornou-se de há alguns anos, metáfora. Das «águas mil» do povo, do frio que faz queimar «o carro e o carril», Abril deixou trazer até nós vozes que cresciam no frio e que fizeram Abril crescer até nós.

Mas não se pense que se trata, apenas, de recordar os mortos, de abrir as portas a assombrações. O nosso passado, já o vimos, não se dissocia do presente, do mesmo modo que sem este não haveria futuro. Trata-se, antes, de ver, de ouvir: houve, antes de nós, antes de hoje, outros que fizeram do medo o gesto que o varreu dos nossos olhos. Houve quem fizesse votos de criação. Como João José Cochofel:

«De mãos puras façamos
o dia da nossa festa.»

Houve quem quisesse mais que o nada. Como disse Sophia de Mello Breyner, de um tempo:

«Tempo de solidão e de incerteza
tempo de medo e tempo de traição
tempo de injustiça e de vileza
tempo de negação.»

Houve quem quisesse mais. Com o custo da própria vida.

«A morte me há-de levar,
bem contra minha vontade,
... mas juro que hei-de morrer
com vinte anos de idade!»

cantou Raul de Carvalho.

Por juras, pelo construir do destino com as próprias mãos, pela triste cumplicidade de um destino que se tem cruel, se foi levantando um povo em votos e louvores e raivas. A poesia é da História um testemunho riquíssimo, todos o sabemos. Não é um mero folhear de herbários de velhas senhoras, simplesmente românticas. Antes, o testemunho de vidas que foram entrançando os dias com os dias dos outros. Por isso se torna universal e intemporal esse testemunho.

Vejamos, por exemplo, o «Juramento» de José Terra. Qual de nós poderia dizer hoje que os oprimidos que o motivaram a gritar o nome da Liberdade já não habitam o mesmo quotidiano que nós?

Poder-se-á dizer: sim, mas já não faz sentido, hoje em dia, recordar os fornos crematórios da Alemanha Hitleriana, nem os horrores da PIDE, esse «sinistro bando de corvos», como lhe chamou Arquimedes da Silva Santos. Mas a questão não é essa. O que não faz sentido é culpar os jovens alemães por uma guerra que não foi deles. Como não fará sentido pensar todos os portugueses como colonialistas. Mas faz muito sentido não esquecer, para que não se pense que foi leve a dor de quem morreu ou viu morrer os seus. Para que se saiba que o Homem é capaz de terror, mas que é, também, capaz de criar, capaz de Beleza.

Para que se saiba que resistir a tiranos, com a força dos braços e das ideias, é melhor e maior orgulho para um povo do que ter a História recheada de heróis que nunca existiram. Para que se saiba e se prove que a mudança para melhor é possível e, até, inevitável, e que os obreiros de hoje são descendentes de outros dignos obreiros.

Para que se saiba que o silêncio nem sempre é de oiro e que não há maior tesouro do que saber-se finito, mas buscar, ainda, a perfeição, com a coragem de saber que o tempo é, sempre, demasiado curto. E, com essa coragem, dar aos outros a possibilidade de continuar. Assim se plantam as árvores. Elas são provas vivas de que os gestos criadores perduram para além de nós. Enquanto que os gestos de destruição morrem com o sangue que a terra engole.

Lembremo-nos de «Aparição», de Vergílio Ferreira. Quando Carolino matou Sofia, pensou ter nas mãos um poder igual ao da vida.

Enganou-se. Diz-nos o autor: «Entendo a tua loucura. meu bom moço, a tua perplexidade diante do poder que te nasceu nas mãos. Mas como não aprendeste que é mais forte criar uma flor (um parafuso...) do que destruir um império? O tempo e o amor... Sei o milagre da vida. por isso a morte me humilha. Tu chamaste a ti a força da humilhação. Mas um tirano só é grande aos olhos do cobarde. Tenho pena de ti...».

Voltemos às cantigas.

Há uma constante nos poemas reunidos neste disco: a questão política, a questão da cidadania, do indivíduo que está atento ao mundo e nele vive, plenamente. É o testemunho da violência sofrida, mas da não aceitação passiva e incondicional dessa estupidez que é a repressão, a guerra.

A estas canções que são, sem dúvida, heróicas todas elas, no que de heróico existe em cada homem e na voz que levanta con-

O Presidente da Direcção rodeado pelo Coro da Academia

tra o nada que o oprime, quase poderíamos chamar «canções de amigos». Porque os amigos são aqueles que nos possibilitam o mundo. Estabelecer uma Amizade é o começo. Enriquecê-la é ficar maior. Cantá-la «é ser maior que os homens». É ser poeta, no dizer de Florbela Espanca. E os amigos não morrem. Mesmo que a gente nunca os tenha visto e que eles tenham sido há muito tempo. Esses mortos, que vagueiam nas nossas noites, não ficaram, nem podiam ficar, para trás. As vozes que se elevaram aos céus, no frio, são as que nos deram alma para ter, agora, o momento precioso de terem as nossas vozes a possibilidade de se darem cara.

Da intemporalidade que o poema (e a Arte, em geral) pode atingir, apesar de não ser, naturalmente, possível desligá-lo do seu tempo, nos falam as vozes do tempo do medo e as vozes do tempo da esperança.

Esses poemas são lidos e entendidos. Por muito que sejam lidos de outra maneira, diversa da sua época de origem, não deixam de ser compreendidos e sentidos à nossa própria luz. E são, também, um modo de nos mostrar o que se passou e fez com que sejamos hoje o que somos. E são compreendidos porque falam de coisas que tocam a nossa condição humana.

Tudo isto, para voltar ao princípio. Há coisas que ditas perdem muito do seu sentido. Como dizia Siddhartha: «As palavras não exprimem muito bem os pensamentos. Estes tornam-se sempre um pouco diferentes logo após serem exprimidos, um pouco deformados, um pouco idiotas. E, no entanto, também me agrada e parece certo que pareça a um homem idiotice o que a outro parece ter valor e sabedoria.»

A verdade é, então, a construção dos encontros entre aquilo que é bom e justo para mim e para os outros, em cada um.

Na universalidade possível: a que é feita no interior de cada homem e sai à procura daquilo que, no outro, é igual a si. No destino comum, na voz comum: a humanidade. A Arte é a ponte, por excelência. Nela chegamos ao mundo. E, por ela, ele se volta para nós.

Com tudo isto, ficamos mais ricos.

Estas vozes, que se ergueram no frio, cantam, hoje, o que é de todos e nos faz maiores: a memória.

Emília Ferreira

MENSAGEM

A Associação 25 de Abril apresentou a seguinte mensagem, da autoria da nossa associada, Maria Ondina Braga:

A mesma fala, os mesmos sons, a mesma ressonância. Todos conformes em dizer por exemplo: «mãe», «terra-mãe», e «coração», e «coragem». Cada qual lá no seu sítio, e por vezes, quem sabe, sitiado. Sitiado que seja mas nunca esquecido. Pois há as cartas que se escrevem, os livros que se lêem e a música, e a memória. Há sobretudo a memória e os símbolos da memória. Daí que o lema «dar as mãos» — os idiomas seguem o curso das idades e o espaço aéreo vai superando o terreal —, melhor que dar as mãos, hoje, «dar a palavra». Que hoje voa-se em vez de andar a pé. E não pelo facto de os homens terem inventado a máquina voadora, mas porque os seus brados se cruzam nos ares.

A língua. O laço da língua. Laço, não de cilada, senão de aliança. A compreensão dos que se encontram na língua. Dos que, de uma ponta à outra onde dantes era Portugal, os mesmos termos para significar «sol», e «sal», e «sonho». Assim uma nova era das descobertas, esta pela palavra, e portanto pacífica. Voz que se levanta, viva, pára um instante a planar, a perscrutar os pontos cardeais, e ei-la pronta a partir. Pronta a partir e a participar. Um recado que corre mais rápido que o relâmpago. Sussurrantes, as suas asas, como as do pombo correio. Cada qual, entretanto, lá no seu sítio, e, quem sabe, cercado. Cada qual a adivinhar os ventos e à espera da promessa. E todos entendendo a mensagem porque o mesmo abecedário, a mesma escrita, a mesma pronunciação. Um sonoro aviso que vai do Ocidente até o Oriente, a fala. E refulgindo e recamando os céus como as sete mil estrelas da Via Láctea.

Maria Ondina Braga

ESPECTÁCULO «*SOLIDARIEDADE DE ABRIL*»

Integrado nas Comemorações do 15.º Aniversário do 25 de Abril, realizou-se no dia 22 de Abril, no Coliseu dos Recreios um espectáculo musical denominado «Solidariedade de Abril», no qual privilegiámos a ligação aos Países de língua portuguesa.

Verificaram-se as seguintes participações:

— Grupo Raízes (Angola);
— Zé Americano (Brasil);
— Bana e o seu conjunto (Cabo Verde);
— Issabary (Guiné-Bissau);
— Mapiko (Moçambique);
— Sum Alvarinho (S. Tomé e Princípe);
— Grupo cultural OPJT (Timor Leste);
— Paulo de Carvalho (Portugal);

O espectáculo foi apoiado pelas Embaixadas dos Países participantes e ainda da Fundação Borja da Costa (Timor-Leste), os quais concorreram ainda com mensagens e textos poéticos alusivos à efeméride.

Foi o seguinte o texto poético introdutório da intervenção de Paulo de Carvalho, por Portugal:

Mesmo na noite mais triste,
Em tempo de servidão,
Há sempre alguém que resiste,
Há sempre alguém que diz não.

Esta é a madrugada que eu esperava,
O dia inicial, inteiro e limpo,
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo.

Agora que já floriu
A esperança na nossa terra
As portas que Abril abriu
Nunca mais ninguém as cerra.
Foi este lado da história
Que os Capitães descobriram
Que ficará na memória
Das naus que de Abril partiram
Das naves que transportaram
O nosso abraço profundo
Aos povos que agora deram
Novos países ao Mundo.

Grândola Vila Morena
Terra da Fraternidade
O Povo é quem mais ordena
Dentro de ti ó cidade.

MANUEL ALEGRE, SOPHIA DE MELLO BREYNER, ARY OOS SANTOS e JOSÉ AFONSO

— Lidos por Eunice Muñoz e Mário Viegas

«Grândola Vila Morena» cantada em coro no final do espectáculo

EXPOSIÇÃO NA VOZ DO OPERÁRIO

Sob a designação «25 de Abril, Dia da Liberdade», foi inaugurada uma exposição de desenhos sobre o 25 de Abril, na Sociedade «A Voz do Operário», a qual esteve patente ao público do dia 21 de Abril ao dia 6 de Maio.

Os desenhos eram parte integrante de um conjunto de 2.000 executados por alunos de Escolas do Ensino Primário e Preparatório de todo o País.

O júri distinguiu os autores dos 10 melhores trabalhos, a quem foram atribuídos prémios, a «História Contemporânea de Portugal» (5 volumes) e o disco o «Pirilampo Mágico», das CERCIS, tendo igualmente decidido não atribuir classificação relativa, pelo que são a seguir indicados por ordem alfabética:

— Eduardo Filipe da Costa Fernandes; Escola Primária n.º 3 de Vila do Conde

— João António Carvalho Ferreira; Escola n.º 6 de Olhão

— Johannes Kaiser; Escola Primária da Guia

— Maria Antónia Dias Monteiro; Escola Preparatória de Oeiras

— Maria Inês Coutinho de Seabra; Esc. Prep. Afonso de Paiva, de Castelo Branco

— Nuno Filipe Dias Caetano; Escola Preparatória de Peniche

— Patrícia Isabel da Silveira Pires; Escola Primária n.º 2 de Castelo Branco

— Rebeca Ribeiro Silva; Escola Primária n.º 2 do Lavradio

— Sónia Maria C. Melo Heitor; Escola Primária n.º 4 de Sintra

— Vera Lúcia Gonçalves da Silva; Escola Primária de Coina

OFERTAS DE LIVROS À A25A

— **«INQUILINATO POLÍTICA HABITACIONAL»**, *oferta do apoiante Artur da Silva Marques.*
— **L'EXPRESS-DEZEMBRO 80**, *oferta do apoiante Artur da Silva Marques.*
— **JORNAIS DE «O MUNDO DIPLOMÁTICO de 1976/77»**, *oferta do apoiante Artur da Silva Marques.*
— **CORRESPONDÊNCIA DE SANTOS COSTA PARA OLIVEIRA SALAZAR**, *oferta da Com. do Livro Negro sobre o Regime Fascista.*
— **MEMÓRIAS DA GUERRA COLONIAL GADAMAIL**, Carlos Vicente, *oferta do autor.*
— **MEMOGRAFIA DO 3.º BATALHÃO EXPEDICIONÁRIO DO R.I. N.º 21, À PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE EM 1915**, Cap. Júlio Rodrigues da Silva, *oferta do apoiante António Rodrigues da Silva.*

A abertura da exposição pelo Presidente da Direcção da A25A

PEDIDOS DE REPRESENTAÇÕES

– Assembleia da República
– Assembleia Municipal da Figueira da Foz
– Assembleia Municipal do Seixal
– Associação de Educação Popular do Zambujal
– Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa
– Associação de Jovens de St.º Condestável
– Associação de Pais da Escola Secundária de Corroios-1
– Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Cacém
– Associação de Trabalhadores/Estudantes da Escola Secundária António Sérgio
– Associação de Trabalhadores/Estudantes da Escola Secundária Oliveira Mares
– Associação Portuguesa de Amnistiados APA
– Associação Recreativa e Cultural dos Operários de Portugal – Nazaré
– Associação Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos de Corroios – AURPIC
– Associations Recreative et Culturelle des Portugais de Fontenay – França
– Câmara Municipal de Almada
– Câmara Municipal de Alpiarça
– Câmara Municipal de Alter do Chão
– Câmara Municipal de Arronches
– Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos
– Câmara Municipal de Cascais
– Câmara Municipal de Cuba
– Câmara Municipal de Gouveia
– Câmara Municipal de Lagoa
– Câmara Municipal de Lagos
– Câmara Municipal de Loures
– Câmara Municipal de Mértola
– Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
– Câmara Municipal de Mora
– Câmara Municipal de Odemira
– Câmara Municipal de Palmela
– Câmara Municipal de Peniche
– Câmara Municipal de Santarém
– Câmara Municipal de Santiago de Cacém
– Câmara Municipal do Seixal
– Câmara Municipal de Silves
– Câmara Municipal de Sines
– Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
– Clube Recreativo Ramonjoie
– Coligação Democrática Unitária – CDU
– Comissão da Comunidade Portuguesa da Bélgica
– Comissão dinamizadora das comemorações do 25 de Abril na Peninsula E.P
– Comissão dinamizadora do jantar comemorativo do 25 de Abril em Alcanjer
– Comissão Executiva do 25 de Abril na Covilhã
– Comissão Nacional da Juventude do Seixal
– Comissão organizadora da Festa do 25 de Abril em Zurique — Suiça
– Comissão promotora das comemorações do 25 de Abril em Agueda
– Comissão promotora das comemorações do 25 de Abril na Guarda
– Comissão promotora das comemorações do 25 de Abril em Guimarães
– Comissão promotora das comemorações do 25 de Abril em Mafra
– Comissão promotora das comemorações do 25 de Abril no concelho de Montijo
– Comissão promotora das comemorações do 15.º aniversário do 25 de Abril em Ponta Delgada
– Comissão promotora das comemorações do 25 de Abril em Seia
– Comissão promotora das comemorações do 25 de Abril na SGM
– Comissão promotora unitária das freguesias de Alvalade, Campo Grande e S. João de Brito
– Comissão sindical das autarquias do concelho de Alcoutim
– Comissão sindical da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e dos Serviços Municipalizados de Agua e Saneamento
– Comissão sindical dos trabalhadores da Câmara Municipal da Amadora
– Comissão de trabalhadores da Alcatel
– Comissão de trabalhadores da Companhia de Seguros Bonança E.P.
– Comissão de trabalhadores da Companhia de Seguros Tranquilidade
– Comissão de trabalhadores da C.C.F.L./C.T. (Carris)
– Comissão de trabalhadores da F. Ramada
– Comissão Unitária das comemorações do 15.º aniversário do 25 de Abril na freguesia da Amoreiras
– Comissão Unitária da Saúde para as comemorações do 25 de Abril
– Cooperativa de consumo C.R.L. «A Filantrópica»
– Cooperativa de consumo C.R.L. «A Socavenense»
– Estrutura sindical da Caixa Geral de Depósitos
– Escola Preparatória de Tavira
– Escola Preparatória de Moita Martins
– Escola Preparatória do Monte da Caparica
– Escola Preparatória e Secundária Dr. João Lúcio
– Escola Secundária de Anselmo de Andrade
– Escola Secundária de Telheiras
– Grupo de dinamização do Lumiar
– Grupo de dinamização da Função Pública
– Grupo Desportivo Adicense
– Junta de Freguesia de Agualva — Cacém
– Junta de Freguesia de Alhandra
– Junta de Freguesia da Apelação
– Junta de Freguesia da Barra da Ilhabela
– Junta de Freguesia de Brandão
– Junta de Freguesia da Pontinha
– Junta de Freguesia de Rio de Mouro
– Junta de Freguesia de Sacavém
– Junta de Freguesia de Santa Iria da Azoia
– Junta de Freguesia de São Sebastião
– Núcleo dinamizador da A25A em Portimão
– Partido Renovador Democrático — PRD
– Partido Socialista - PS Setúbal
– Sindicato dos Ferroviários do Centro
– Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Setúbal
– Sindicato dos Trabalhadores de Aviação e Aeroportos — SITAVA
– Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa — CESL
– Sociedade Filarmónica União Artística Pinhense — SFUAP

SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DO 15.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

As comemorações foram solenemente encerradas no dia 28 de Abril numa Sessão que se realizou no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian.
Intervieram a poetisa Natália Correia, o Prof. Piteira Santos e o estudante de direito Bernardo Lino.
O Presidente da Direcção da A25A procedeu a um balanço final das comemorações. De todos os oradores publicamos aqui as intervenções.

INTERVENÇÃO do Tenente Coronel VASCO LOURENÇO

Ao organizar um vasto conjunto de iniciativas para comemorar o 15º Aniversário do 25 de Abril, de que estamos hoje na sessão de encerramento, a Associação 25 de Abril afirmara no documento onde procurou sintetizar o seu pensamento sobre essas comemorações que, «para além do seu carácter político (subjacente à celebração de uma data que, pela restauração da Democracia, modificou por completo a vida de todos os portugueses), entendemos que essas comemorações são também um acto de cultura e um acto de liberdade.

Um acto de cultura porque correspondem ao evocar de um facto recente de indiscutível importância nacional, que abriu novas e largas perspectivas ao relacionamento interno e externo e permitiu que as nossas raízes culturais se revigorassem.

Um acto de liberdade, porque as comemorações, que se pretende venham a ter um carácter o mais abrangente possível, dependerão fundamentalmente da livre adesão de cada um que, em sua consciência, decidirá se quer ou não a elas aderir e se o 25 de Abril tem ou não algum significado positivo, que mereça ser recordado.

É nossa intenção procurar congregar, em torno dos valores do 25 de Abril, todas as entidades singulares, colectivas e oficiais, por forma a que, quer a nível nacional, quer a nível internacional (especialmente junto dos Países de Língua Oficial Portuguesa e dos emigrantes), seja possível levar a efeito comemorações não apenas de carácter evocativo mas que tenham como base a plena consciencialização de certos pontos».

Pontos que tínhamos presentes ao fazer essas afirmações e que enunciámos, então:

«— O 25 de Abril é um processo inacabado por não terem ainda sido atingidos, na sua plenitude, os ideais que o enformaram. Só com o empenhamento de todos os portugueses será possível alcançar a plena concretização desses ideais (nomeadamente o desenvolvimento harmónico e equilibrado do país, que nada tem a ver com o mero crescimento económico).

— O 25 de Abril, como abertura ao Mundo, constitui não apenas uma forma de preservação da nossa identidade nacional mas também uma fonte de enriquecimento cultural e social.

— A actual realidade política, entendida numa forma lata, é consequência directa do 25 de Abril e não seria possível sem ele.

— O 25 de Abril tem de ser compreendido, no seu verdadeiro significado, pela Juventude. Ela é o futuro. A ela cabe consolidar os caminhos da Liberdade e da Democracia. Porém não o poderá fazer se desconhecer todas as transformações sofridas pela sociedade portuguesa, se não tiver perfeito conhecimento do significado dessa data histórica. É indispensável, pois, esclarecê-la.

— O 25 de Abril é e terá de continuar a ser, um acto festivo, de alegria, de imaginação e de participação em que se irmanarão todos aqueles que desejam um futuro melhor para Portugal.»

Afirmámos, também, ser nossa intenção que o conjunto de manifestações comemorativas deveria visar:

«a) A manutenção, viva e actuante, do espírito do 25 de Abril, particularmente nas suas vertentes de Liberdade, Democracia e Justiça Social.

b) A consciencialização dos direitos do cidadão, tendendo à eliminação da auto-censura, do medo de pensar e de falar, e ao desenvolvimento do espírito de livre iniciativa.

c) A evocação dos valores culturais, nomeadamente a liberdade de criar, traduzida na verdadeira explosão criativa que o 25 de Abril desencadeou.

d)Despertar os associados para os objectivos da Associação 25 de Abril, levando ao desenvolvimento da sua actividade estatutária.»

Francamente, considero que, de uma maneira geral, sim. De facto considero que a A25A conseguiu, em certa medida, atingir os objectivos que se propunha quando lançou um vasto programa comemorativo do 15º Aniversário do 25 de Abril. Ainda que nesta sessão de encerramento estejamos algo tristes pela relativa e pouca participação que, como todos constatam, está a ter.

Dinamizámos e organizámos um vasto conjunto de actos comemorativos. Não tão grande como ambicionavamos, não tão grande como o que gostaríamos de ter feito, houve mesmo um ou outro que esteve projectado mas que tivemos de anular, mas o facto é que consideramos que realizámos um conjunto significativo de actividades.

Em termos de resumo, vejamos:

No desporto, levámos a efeito actividades em seis modalidades: ginástica, atletismo, xadrês, bridge, halterofilismo e ciclotourismo.

Consideramos de destacar:

— No que se refere à Corrida da Liberdade, foi fortemente participada, teve mais de 1000 inscrições,dos 10 anos até aos veteranos masculinos e femininos, com quatro partidas diferentes em Lisboa, de locais que ficaram ligados à acção militar do 25 de Abril.

— No ciclotourismo tivemos cerca de 350 participantes.

— No halterofilismo tivemos a participação de 8 clubes representados por juvenis femininos e masculinos, verificando-se a particularidade de terem sido batidos alguns recordes nacionais.

— No xadrês tivemos cerca de 80 participantes.

— Na ginástica tivemos 10 clubes representados, elementos das selecções nacionais e aquilo que consideramos ter sido uma autêntica pedrada no charco, desta vez conseguimos a participação de equipas representativas de 3 Estabelecimentos Militares de Ensino.

Resumindo em termos de desporto, consideramos que tivemos uma série de manifestações bastante significativas.

No domínio das iniciativas culturais a Associação 25 de Abril honra-se também de ter levado a cabo neste aniversário algumas realizações relevantes mercê da colaboração de figuras de proa da vida cultural portuguesa, solidárias com Abril e com os objectivos da Associação. Sejame permitido destacar a edição do disco «Canções do 25 de Abril» e «13 Canções Heróicas», com música de Fernando Lopes Graça sobre poemas de alguns dos mais destacados poetas portugueses que, pela pena, denunciaram a situação repressiva que se vivia no País. A sessão de lançamento do disco na Academia de Amadores de Música constituiu, pela qualidade de intervenien-

(Continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

tes — Coro da Academia , oradora Maria Emília Ferreira, pianista Madalena de Sá Pessoa e cantora Celeste Amorim — e do público que a ela assistiu, um acontecimento de elevado significado que pensamos perdurará na memória dos que estiveram presentes; como perdurará também o espectáculo «O Baile», de que a Barraca dedicou à nossa Associação uma sessão, pelo extraordinário e impressivo documento que transforma a cena num encadeado de situações vividas no quotidiano dos Portugueses durante os negros anos do fascismo. Assinala-se o excelente texto que Helder Costa escreveu expressamente para o programa e dedicou aos Capitães de Abril.

São de salientar igualmente duas iniciativas: a Exposição de Artes Gráficas, Medalhística, Fotografia, Literatura e Documentação patente no Palácio Foz, até ao dia 30, com projecção de «slides» para o exterior alusivo à revolução dos Cravos, cuja dimensão não diz do grande esforço e variedade de colaborações prestadas para a pôr de pé. Destacamos ainda o cinema durante 4 dias no Auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian, com a projecção de vários filmes distribuídos por 3 sessões em cada dia, fornecidos pela Federação Portuguesa de Cinema e Audiovisuais e pelo Instituto Português de Cinema. A organização das sessões e a autoria do texto de apresentação dos filmes pertenceu ao Presidente da Federação, António Cunha.

Confessamos que foi uma iniciativa que teve muito pouco público, não conseguimos interessar mais pessoas a assistir, mas pensamos que os que assistiram às sessões tiveram oportunidade de apreciar obras que corajosamente abordaram a realidade da guerra colonial, emigração e os seus nefastos efeitos, assim como a incontida alegria do povo português, após a libertação em 25 de Abril de 74.

Consideramos ainda de destacar a iniciativa que lançámos, em termos de trabalhos e composições de crianças do ensino básico e que resultou na recepção na A25A de cerca de 2 000 trabalhos. Trabalhos esses que foram seleccionados, tendo os considerados com maior qualidade sido expostos nas instalações da Voz do Operário, desde o dia 21 até ao próximo dia 6 de Maio.

Devemos ainda realçar, no campo recreativo, um espectáculo que realizámos no Coliseu dos Recreios em Lisboa a que pretendemos dar um forte significado. Com efeito, considerámos que, nestas comemorações, deveríamos dar um realce especial à Língua Portuguesa e ao que ela significa como veículo de ligação, união e fraternidade entre os vários países que a usam para se expressarem. Demos a esse espectáculo a designação de Solidariedade Lusófona, Solidariedade em Abril, considerando que com esse tema definimos bem o que pretendíamos. Tivemos aí, a colaboração oficial das diferentes Embaixadas que contactámos para o efeito — Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe — e a Fundação Borja da Costa de Timor, por que considerámos que não devíamos esquecer Timor Leste e devíamos ter uma participação sua no espectáculo. Para além dessas participações, tivemos a participação portuguesa, que foi escolhida pela A25A. Logicamente, as outras participações, tendo-nos sido oferecidas pelas respectivas Embaixadas, foram escolhidas por cada uma dessas mesmas Embaixadas.

Organizámos também na Estufa-Fria o já tradicional almoço-convívio, que teve a participação de cerca de 860 convivas.

Tal como nos propusemos, consideramos que conseguimos efectivamente dinamizar outras comemorações e tivemos, inclusivamente, o gosto de verificar que nas variadíssimas comemorações realizadas no país — comemorações populares, a nível de autarquias, das mais diferentes comissões — a nossa palavra de ordem «Vamos continuar» foi aceite de bom grado e foi largamente utilizada por muitas dessas comemorações, fazendo parte de muitos documentos que nos chegaram às mãos, vindos das mais diferentes proveniências.

Como já é normal, participámos também nas comemorações populares, que não sendo organizadas pela A25A, mais uma vez contaram com a nossa colaboração. Nelas nos integrámos, dinamizando o possível, colaborando e participando activamente.

Igualmente procurámos dar resposta às diferentes solicitações para nos fazermos representar em actos comemorativos, quer em Portugal, quer junto a comunidades portuguesas no estrangeiro. Sempre que possível, estivemos presentes. Quando não pudemos estar, enviámos uma mensagem.

Para além de considerar que, em termos da A25A, conseguimos em certa medida atingir os objectivos a que nos propuzemos, não posso deixar de repetir o facto de, na sessão de abertura, termos expressado um desejo e não o termos visto realizado durante as comemorações. Estou-me a referir à libertação de Otelo Saraiva de Carvalho. Mais uma vez não houve vontade política para avançar nesse sentido. Lamentamo-lo profundamente, voltamos a considerar inaceitável a situação em que se encontra. Temos esperança, pois parece que no mínimo a malfadada situação de prisão preventiva por um período que já excede em muito o máximo legalmente permitido está para terminar, o que fará com que tenhamos o prazer de o ver numa situação de liberdade provisória a aguardar o julgamento, dentro em breve. Fazemos votos para que, no mínimo, isso se verifique muito rapidamente.

Gostaria de destacar também alguns aspectos que nos devem fazer reflectir sobre a situação que se vive:

Desde logo, mais uma vez, a manifesta ausência da RTP, nomeadamente o seu sector informativo, de quase todos os actos comemorativos organizados pela A25A. Apesar de termos feito um protesto formal para a Direcção da RTP, o facto é que primaram pela ausência das nossas comemorações, com a pequena excepção do almoço-convívio e do espectáculo.

Com uma particularidade que nos pareceu quase kafkiana: dois dias antes da realização de cada uma das actividades, ou na véspera, telefonavam para a A25A a perguntar se efectivamente se confirmava a realização de determinada actividade, o local e a hora. Acrescentavam que lá estariam para fazer a respectiva cobertura, mas o facto é que nem sequer noticiavam que essa actividade se ia realizar e muito menos lhe davam qualquer cobertura!.

Um facto altamente preocupante se passou no período das comemorações do 15.º Aniversário do 25 de Abril, que serviu, no mínimo, para alertar as pessoas e que fez com que, em minha opinião, os participantes no grande desfile popular de Lisboa, aí se apresentassem com «mais força». Refiro-me à cena caricata, é esta a designação mais benévola que lhe encontro, que se verificou no Terreiro do Paço, à carga policial sobre os próprios profissionais da Polícia. É altamente preocupante, pois como tive oportunidade de afirmar no Rossio no dia 25, começa a falar-se muito em ordem pública em Portugal e na necessidade de segurança, etc. Os presentes nesta sessão, sabem muito bem os perigos que isso comporta.

Ainda que não se relacione directamente com as comemorações organizadas pela A25A, considero que devo destacar um outro facto que, no nosso entender, foi negativo: pela primeira vez, no dia 25 de Abril na Assembleia da República se verificou uma ausência de intervenção dos partidos políticos. Consideramos isso negativo. Os partidos políticos saberão porque aceitaram essa situação. De qualquer maneira, no que nos diz respeito, consideramos que devíamos expressar a opinião de que não há cansaço que justifique — e os grupos parlamentares não são tantos como isso — que no dia 25 de Abril, na comemoração de um acto que é normalmente realçado, nomeadamente pelas forças que estão na AR, pelo facto de ter trazido ao País uma democracia pluralista, que é consubstanciada na existência de partidos políticos, não nos parece lógico que nesse dia, ao comemorar o 25 de Abril, os partidos não tenham voz. Bem, foi uma decisão assumida em termos internos pela AR, temos informação que por sugestão do Presidente da República, mas quem a assumiu foi a própria Assembleia da República. É soberana, queremos que continue a ser soberana, mas de qualquer maneira não deixamos de aqui manifestar a nossa estranheza e a nossa não concordância com o que se passou.

Em termos de comemorações populares, e o mérito não vai só para a A25A, esta tem a sua quota parte pois estava integrada na comissão organizadora, penso que, apesar de poder ser entendido um pouco como auto-elogio, devo destacar a firmeza que a comissão organizadora das comemorações populares mostrou, ao não aceitar a sugestão de mudança do local para a manifestação comemorativa do 25 de Abril. Com efeito, penso que ninguém discute que o local próprio para o grande desfile popular comemorativo

do 25 de Abril — mais que não seja pelo próprio nome — é a Avenida da Liberdade, e quererem transferi-lo para onde tentaram não se compreende, a não ser que haja outras razões escondidas. De qualquer modo aqui fica o meu apreço à comissão organizadora das comemorações populares, pela maneira como se soube comportar nesse aspecto e não ceder perante a pressão que sofreu para mudar de local.

Por último, como é evidente, a A25A não conseguiria levar a efeito estas comemorações se não tivesse tido o apoio e a participação de muitas entidades e de muitas pessoas, entendidas em termos individuais.

Nesse apoio, que agradecemos e queremos publicamente expressar, destacamos as Embaixadas que já referi e a Fundação Borja da Costa, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Cruz Vermelha, diversas Federações e Associações da Cultura e do Desporto, variadíssimas organizações sindicais das duas Centrais, diversas autarquias ao longo de todo o país, quer Câmaras Municipais, quer Juntas de Freguesia, várias empresas (não tantas como seria de desejar, mas algumas nos apoiaram), variadíssimas colectividades, muitas comissões de trabalhadores e, fundamentalmente, muitos apoios a título individual.

Não irei, aqui, individualizar todos esses apoios. Seja-me no entanto permitido referir o apoio dos que connosco aqui estão, sem os quais, como é evidente, não nos seria possível organizar esta sessão de encerramento: a poetisa e escritora Natália Correia, o Professor Piteira Santos e o estudante Bernardo Lino.

A todos vós, também, os nossos agradecimentos, pois sem a vossa presença as comemorações teriam menos significado.

Por nós, VAMOS CONTINUAR.

VASCO LOURENÇO

INTERVENÇÃO de Bernardo Lino

Boa tarde.

Venho aqui dar um testemunho.

Sou de uma terra, onde há 15 anos chegou uma coluna militar. Uma terra que era falada por ter pescadores e ter uma prisão política. Sou de Peniche.

Para mim o 25 de Abril foi muito forte por isso. Tinha 14 anos, assisti à libertação dos presos políticos, na noite de 26. Tive uma formação sobretudo dentro desta fase, e norteada pelo 25 de Abril e pelos seus valores. Nesse sentido, estou aqui e agradeço aos militares de Abril que proporcionaram este País, este Estado Social de Direito.

Fez-se uma Constituição em 76, revista em 82, e parece que agora vai ser novamente revista. Digo parece, porque não se sabe bem, porque parece.

Para mim o essencial desta Constituição é a sua parte primeira que diz respeito a direitos e deveres fundamentais. Não se fala muito disto, mas penso que esta é a parte essencial da Constituição: os direitos e deveres fundamentais. Se bem que, por vezes, o legislador ordinário esquece a força jurídica desta primeira parte. Como diz a doutrina, não são os direitos fundamentais que se movem no âmbito da lei, mas a lei que deve mover-se no âmbito dos direitos fundamentais. Isto está escrito numa sebenta do professor Jorge Miranda, parece que pouco lida. Porque a concepção comum não é esta. Ainda há pouco tempo, ouvi um advogado dizer que «só alega a Constituição em inibual quem não tem razão». Pasme-se. Isto foi dito. E ainda um Conservador do Registo Civil: «Direitos do cidadão? Isso não existe». Em 89 dizem-se bacoradas destas!...

Parece que estamos a querer cair, ou a tentar dar uma força jurídica, no que concerne aos direitos e deveres fundamentais, idêntico ao artigo 8.º da Constituição de 33. Porque também ele falava de direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses. No entanto, isto estava escrito, mas de nada valia. E, no seu ponto 2.º, dizia «o direito ao bom nome e reputação»; ponto 3.º «a liberdade e inviolabilidade de crenças e práticas religiosas; 4.º «a liberdade de expressão e de pensamento sob qualquer forma»; 6.º «a inviolabilidade do domicílio e o sigilo da correspondência», claro que «nos termos que a lei determinar»; no seu ponto 10.º «haver instrução contraditória, dando-se aos arguidos — antes e depois da formação da culpa — as necessárias garantias de defesa»; 14.º «a liberdade de reunião e associação». Isto estava escrito na Constituição de 33; 19.º «o direito de resistir a qualquer ordem que infrinja as garantias individuais».

Portanto, não é só por termos uma constituição que as coisas são reais. Se não há uma prática, de nada vale. E essa prática tem estado, de facto, um bocado arredada. Ainda há pouco tempo, esteve aqui no «Balanço do Século», naquelas conferências, um senhor chamado Carl Poper, os liberais gostam muito dele! Parece que só o ouvem parcialmente, porque ele diz que «a essência da democracia não é o governo da maioria, mas sim a existência da oposição». Isto foi dito pelo Carl Poper numa entrevista ao «Expresso».

E o que é que temos vindo a ver, neste País que tem uma Constituição que define o País como Estado Social de Direito? O Provedor de Justiça, equiparado formalmente a Ministro, escreve cartas para toda a gente e ninguém lhe passa «cartucho» nenhum. Ele anda-se para aí a queixar, mas continuam a não lhe passar «cartuxo» nenhum. O acesso à justiça, parece também não ser verdade: cada vez a justiça é mais cara e, sobretudo, mais morosa. Isto é muito importante, porque a certa altura as pessoas já morreram e não interessa nada ganharmos uma causa em tribunal se, de facto, já está tudo morto ou passaram 5 ou 7 anos. De nada vale. Aliás, neste aspecto, está-se a violar a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, no seu artigo 6.º, ponto 1.

Direito à habitação, ouvi agora falar que faltam 70.000 fogos. A Constituição, no seu artigo 65.º, estabelece este direito.

A censura. Parece que se acabou com a censura prévia e passámos à censura sucessiva. Estou-me a lembrar daquele caso, na televisão, do Herman José e, ainda, de um indivíduo que brincou com o Hino Nacional, fez uma rábula à volta do Hino Nacional. Parece que os censores, que eram mesmo censores do teatro, nunca ouviram o Jimmy Hendricks camar uma coisa à base do hino nacional americano. E, no entanto, o Nixon não o mandou prender, não o pôs na rua. Não sei.

Os acórdãos dos tribunais, especificamente sobre a reforma agrária, é incrível como não são aceites. Num Estado de Direito, a Administração permite-se não respeitar decisões judiciais!...

Temos este caso também engraçado da lei da rádio, em que as distribuições das frequências foram feitas por um júri. em que surgiu um aspecto engraçado, e que viola claramente princípios gerais do direito, que é «ser juíz em causa própria»: aparecem pessoas nesse Conselho que, no fundo, eram concorrentes a frequências de rádio. Enfim...

Na nossa Faculdade que, permitam-me dizer, é das faculdade do ensino superior das mais retrógradas, senão a mais retrógrada, o ano passado houve um caso «engraçado» e interessante. «Engraçado» entre aspas: houve um estudante guinense que foi fazer um exame na cadeira de Economia Política, uma cadeira que é regida pelo Senhor Soares Martinez, bom nome(!), e o assistente permitiu-se fazer esta pergunta ao aluno: «quer que lhe faça as perguntas em português ou em francês?» O aluno calou-se e «é que você aqui tem que falar português. Estamos em Portugal. Para quando regressar à Guiné ensinar o seu Presidente a falar português». Isto foi na Faculdade de Direito de Lisboa. O assistente, aos costumes disse nada, ninguém lhe perguntou por nada, e este miúdo guineense saiu a chorar e não fez a cadeira.

O nosso Estado de Direito, tenho aqui casos também interessantes, como este do senhor que tem uma empresa do café Delta que duma caução enorme em milhares de contos passa para uma casa ridícula. Também não se percebe como é que se muda. Que parâmetros existiram? Será que, numa primeira decisão, se exagerou demasiado e depois se emendou a mão? Ou será que «valores mais altos se levantam».

O caso Dopa: o responsável por esta empresa foi a uma consulta e desapareceu. Deram-lhe «doping» e ele, neste momento, está no Brasil.

Um caso que também nunca se esclareceu devidamente: o envolvimento dos serviços secretos militares com os G.A.L.. O indivíduo que dirigia esses serviços, na altura, está agora numa empresa de segurança particular, mas nunca se esclareceu de facto o que se passou. Será que os serviços secretos militares, a DINFO, andaram para aí a arregimentar pessoas que trabalhavam ali na Embaixada americana, uns tristes que tinham andado num curso de paraquedismo e queriam disparar uns

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)
tiros, até guardavam a pistola que trouxeram para cá e com ela foram presos?

Enfim, balança da justiça. Esta balança parece que pende mais para um lado que para o outro!

Os indivíduos envolvidos no caso das FP25 de Abril, que estão a passar uma prisão preventiva que já excedeu os 3 anos da lei, parece que estão a ser penalizados com critérios demasiado duros, em relação a outros.

E lembremo-nos doutros casos: a rede bombista. Que se passou, afinal, com esse dossier da rede bombista? Nunca ouvimos ninguém explicar o que aconteceu a essa gente. Será que se exigiram responsabilidades?

Havia um grupo independentista nos Açores, que também punha bombas, e há tempos veio um responsável por aquelas ilhas dizer que tinha sido ele o autor dos estatutos. Foi autor dos estatutos de uma organização política que andava a pôr bombas, lá nos Açores. Ninguém lhe perguntou nada, também talvez ele tenha demasiado poder, naquelas ilhas, ou a democracia tenha chegado pouco aos Açores...

O MDLP, um dia esta organização roubou do Museu «Alberto Sampaio» de Guimarães uma coroa cravejada de pedras preciosas, os indivíduos que fizeram isto foram condenados, não estavam presentes, andam por aí. Mas ao responsável desta organização até lhe foi dado um lugar numa empresa estatal de armamento. Hoje é bem recebido, até por curiosidade, na Guiné. Enfim...

E os militares de Abril? O que é que se passou com estes militares de Abril? Diz aqui o tenente-coronel Vasco Lourenço, disse ao Diário de Lisboa, «não há nenhum deles que ocupe, hoje, um lugar importante na hierarquia militar». Isto diz tudo. Um general Garcia dos Santos, parece que está na prateleira há uma série de anos. Parece que estas pessoas, engolido não é o termo muito correcto, mas parece que foram cilindradas.

Enfim, por último, só queria deixar esta mensagem, e tendo em conta os direitos fundamentais que, quanto a mim, não estão a ser respeitados neste país: há muito que os militares passaram aos quartéis. É agora a vez de os cidadãos sairem de casa para que se promova um verdadeiro Estado Social de Direito!

Obrigado

Bernardo Lino

INTERVENÇÃO de NATÁLIA CORREIA

Na verborreia que escorre dos aspirantes a modernizadores da nossa sociedade, é de bom tom dizer que «essa coisa do 25 de Abril passou de moda». A displicência ou pseudo displicência que, por acaso ou de propósito, se concerta com a reposição de cenários repressivos como aquele que há dias indignou os portugueses, o que se passou no Terreiro do Paço, e que julgávamos arquivados com o 25 de Abril. E também com vislumbres cenzórios que nos inquietam na revisão constitucional, como a Alta Autoridade para a Comunicação Social, cuja composição é escandalosamente governamentalizada. Mas, no crescente cerco que a esta efeméride faz uma sub-repticia tentação anti-democrática travestida de indiferença civilizada, modernista, por esse «momento arqueológico», assim o dizem, da nossa democracia, não pouco conta aquele espírito, ou falta de espírito, de nos babarmos de orgulho por estarmos nessa Europa, que devia ser das Culturas mas é só da produtividade em que, murchamente nos instalamos como pálido membro. Ao nosso estilo, pacoviamente atento e venerador da civilidade europeia, mal calha que tenha sido um punhado de militares a tirar-nos da fossa, onde uma ditadura sacrista e sem grandeza nos meteu por quase mais de meio século! Ainda por cima, humilhação terrível para estrelados políticos que brotaram do anonimato, onde ainda hoje estariam em nascitura impotência, se não fora a corda castrense a oferecer o ensejo a que por ela trepassem ganâncias do poder que, com pompa e circunstância, nele hoje se pavoneiam. Vai pois de camuflar, de forma notoriamente crescente, esse 25 de Abril, incómodo para celebridades que só o são porque na consciência de um grupo de capitães se fez finalmente ouvir a voz da dignidade, num grito de guerra contra o regime libertícida que só na reumatizada submissão dos mandões da tropa encontrava forças para impor a sua caducidade.

Mas não deixarei de registar outro tipo de desmemória que, refletindo o descrédito das ideologias políticas, arrefeceu o fervor ideológico da vaga levantada pelo 25 de Abril. Estamos, efectivamente, num mundo em que a incorporação exaustiva dos dados das técnicas de serviço da primazia do económico, submete as estruturas políticas, abatendo no essencial as diferenciações partidárias e lhes elimina os coloridos ideológicos. A lógica desta desideologização conduz ao desinteresse pelas mudanças políticas. Desinteresse que está na origem de uma crescente despolitização, sobretudo na camada juvenil, que não recebendo estímulos ideológicos, reclamados pelas virtualidades idealistas da juventude, se deixa seduzir pelo carreirismo, mostrando a maior indiferença pela consagração de um 25 de Abril, que fundou a democracia, na qual só valorizam a liberdade de iniciativa económica que abre o caminho do êxito a essa nova espécie de poder imberbe que é o jovem empresário. Subtinhe-se pois que a ignorância filha da indiferença com que boa parte da nossa juventude acolhe a comemoração do 25 de Abril é o reflexo português de um fenómeno de desideologização da camada juvenil do ocidente, que se exacerbou no miopismo em que o ópio do êxito entorpece a frustração causada pela privação de ideais que o domínio técnico-económico nega à juventude. Mas acresce também uma forte razão para que os mais jovens não festejem no 25 de Abril o referente das liberdades que desfrutam. Essa razão é de natureza pedagógica. Arrefecida a alta temperatura revolucionária, em que os proverbiais exageros retrataram o regime deposto sob o signo da emocionalidade — e à óptica deste arrebatamento nem escapou Camões, então taxado de colonialista — vieram os tempos de reflexão que se autorizavam com objectividade. E eis que, à sombra da objectividade desse rebento da isenção racionalista, os pensantes incumbidos da exegese, caíram no exagero contrário, desatando-a, exegese, num ensaísmo que visitando a filosofia do salazarismo lhe não expunha as fracinorosas vísceras pidescas e censórias. Não dando o devido e sombrio relevo a esse período de trevas que a alvorada de Abril escorraçou das nossas vidas. E já hoje, na não estranhável, pelo que acabo de expor, comemoração do centenário do nascimento de Salazar — direitas e esquerdas comemoram-no, cada um à sua maneira, uns encomiasticamente, outros chateando-me por todos os corredores da Assembleia da República, a perguntarem-me «o que é que pensa do Salazar, o que é que pensa do Salazar», outra forma de comemorar, mesmo gente da esquerda — portanto, e já hoje, na não estranhável comemoração do centenário do nascimento de Salazar, vozes de intelectuais, em que outrora me enfadaram ecos estalinistas, nos fazem ouvir agora encómios ao ditador guinado a grande clássico da literatura portuguesa e outras virtudes de administração miraculosamente rara. Não serei eu, pois, a ilibar os agentes culturais, os formadores de opinião, de avantajada responsabilidade intelectual, da omissão de uma pedagogia esclarecedora dos negrumes ditatoriais que o 25 de Abril escorraçou, no que lhes é imputável o pecado contra a cultura — já não digo contra a política, mas contra a cultura — de sonegarem à juventude a inteira e crua verdade sobre o passado, que assim lhes surge como tendo corrido num tempo mítico. O que suscita a tendência para a mitologização do ditador.

Mas, mudando de assunto, eis-nos chega dos a uma Europa em que o descrédito das instituições políticas, desautorizadas pelo predomínio do princípio do «rendimento», que efectivamente controla as massas, desagrega em opções extremistas a tradicional bi-polarização esquerda/direita. Num extremo temos os verdes, continuadores na sua luta ecológica do espírito do Maio de 68, que na sua recusa global hasteou o manifesto contra a sociedade industrial. E é nesta conexão, o 25 de Abril — Maio de 68, que renasceu na poética revolucionária da alvorada de Abril e verdes, que se explica a solidariedade destes últimos com os capitães de Abril e, neste âmbito ideológico — afectivo, a sua campanha persistente para libertar Otelo que, retido ainda pelas grades da prisão, é uma ausência que ensombra estas comemorações. Pois é a juventude, atraída por esta vanguarda — refiro-me aos verdes — que por entre partidos tradicionais rompe caminho cada vez mais largo, para uma sociedade alternativa, que desfila, como vimos há dias, em Bruxelas, ao som da «Grândola Vila Morena», canção emblemática do 25 de Abril. Bem haja a bofetada que esta juventude europeia dá na caquexia mental dos que, cá, armando em

modernos, querem arrumar o 25 de Abril como relíquia carcomida na arrecadação das velharias imprestáveis.

No extremo oposto, avança a vaga neo-nazi, que nos EUA tem um paralelismo assustador no reascender do racismo branco na Geórgia, fortalecido pela entrada na cena política do Ku-Klux-Klan, através da eleição para o Senado do estado da Louisiana de um ex-dirigente do KKK e seu fiel adepto. Quanto à Europa, é o que vemos na Áustria, nas municipais da França e na Alemanha, em que o neo-nazismo se instala nas Câmaras de Deputados, Assembleias Municipais e no próprio Bundestag. Já em 15% se avalia o eleitorado potencial dos neo-nazis na Baviera, avançando-se previsão de em 1990 eles serem, na Baviera e depois em toda a Alemanha Federal, o 3.º partido mais forte. Nesta perspectiva sombria, em que permanece activo o vírus totalitário que liquidou na Europa as democracias entre os anos 20 e 30, contra esta tentação restauracionista dos novos rebentos do fascismo e do nazismo, urge reactualizar um memorialismo exemplificante dos feitos que ganharam relevo na luta pela liberdade do cidadão. Na revalorização deste património, o 25 de Abril reanimase como um dos marcos de uma cultura que terá de reaver o seu perdido alcance emancipador. E nisto, o 25 de Abril é de todos os movimentos militares libertadores aquele que, distinguindo-se pelas válvulas que abriu à torrente de ímpetos revolucionários em que chispam relâmpagos de propostas de uma sociedade alternativa, pôs esta característica em consonância com a modernidade política hoje protagonizada pelos partidos alternativos constelados no grupo Arco Iris do Parlamento Europeu. É nesse espírito que aqui estou. Para louvar os capitães de Abril. Desse 25 de Abril meteórico, portador de mensagens que permanecem abertas para o futuro. Um futuro cujos problemas, as condições e as instituições do presente já não permitem resolver. Com esta impotência, mascarada de dinamismo endinheirado e produtivista, está o snobismo detractor das memórias do 25 de Abril. Para eles uma coisa do passado, de que se desembaraçam porque não têm futuro. Mas bafeja-os o presente, que lhes garante uma boa fatia de sucesso. Ai deles, que não sabem que o presente está por construir. Sabem-no os que não receando o rótulo de passadistas na sua solidariedade com os homens do 25 de Abril, nesse movimento estimam a sua inserção numa linhagem de convulsões transformadoras da sociedade, nele apreciando exigências que não foram cumpridas, que não foram ainda cumpridas, sonhos que não se realizaram mas que visavam mutações geradoras de uma nova realidade que permita reencontrar o caminho da vida. Eis porque me é impossível subscrever interpretações académicas da reactualização comemorativa do 25 de Abril, como uma que acabo de ler, assinada por um destacadíssimo mentor «soit disant» esquerdista, da nossa vida cultural. Nela se diz que o 25 de Abril esgotou o seu tempo próprio e que a forma como é celebrado mostra que entrámos no tempo da sua memória, até que venha o do hábito, o da verdadeira morte. Ora, o 25 de Abril de que fala esta bolorenta exegese cinge-se ao movimento que pôs termo a um passado e ignora a poética revolucionária em que relampejou a fogosidade de sonhos que demandavam vias alternativas, um jorrar de energias criadoras do novo, que a generosidade dos homens de Abril deixou que brotasse em plena liberdade. E este tempo poético do 25 de Abril não se esgotou, porque ainda nem sequer começou. É o 25 de Abril que se projecta no futuro. O 25 de Abril em que pulsou a matéria prima da ideologia das vanguardas que em projectos alternativos espalham hoje as sementes da emancipação. Um 25 de Abril que, por isso, não é português, mas referência dos movimentos emancipadores que estão a avançar na Europa. Os agoirentos da morte do 25 de Abril não apreendem esta dimensão de um movimento revolucionário em que, não por acaso, as flores substituíram as balas. Não importa. Essa magia está viva na memória dos poetas. E os poetas são a memória do povo.

Natália Correia

ditatorial, monopartidário, de tipo fascista; iniciada uma nova fase da vida política e social portuguesa — a da Liberdade, a da Democracia.

Ressalvadas a relatividade epocal, as incertezas, a transitoriedade do conceito de *contemporâneo*, o «25 de Abril» efectivamente, é uma grande data da nossa História. Integra-se no arco de acontecimentos que do dealbar do Século XIX até aos nossos dias, com avanços e recúos, fluxos e refluxos, constitui um percurso marcado por revoluções e contra-revoluções, alargamento e restrições dos direitos políticos, afirmação e bloqueios da cidadania. Do Vintismo liberal ao Miguelismo absolutista, do Setembrismo à Regeneração, do Constitucionalismo monárquico ao Constitucionalismo republicano, do regime ditatorial do «Estado Novo» à Democracia de Abril, contam-se os anos e os eventos de um século e meio contraditório, agitado, de mutações sociais e turbulência política.

O «25 de Abril» — sendo, fora de toda a retórica comemorativa, uma data de importante significado histórico —, poderá ser visto *da* História; ser valorizado *para* a História; ser considerado *na* História.

Visto *da* História, o «25 de Abril» é um momento no longo curso histórico que de 1820, 1834, 1836 — datas fundamentais no advento do Liberalismo —, vem até 1910, à República. O golpe militar de 28 de Maio de 1926, que estabelece a ditadura militar e gera o «Estado Novo», de teoria e prática fascistas, interrompe aos dezasseis anos, o adolescente Constitucionalismo republicano, tal como em 1823, o pronunciamento militar conhecido pela Vila-Francada, interrompera os trabalhos e as esperanças do Vintismo. No curso histórico desses 154 anos, que medeiam entre as duas datas revolucionárias, 24 de Agosto de 1820 e 25 de Abril de 1974, alternam as acções revolucionárias e contra-revolucionárias nas quais os militares aparecem como factor principal da ordem e da desordem, do avanço liberal e dos recúos opressivos. E a soberania democrática do povo terá expressão positiva, ou condicionada, nas Constituições de 1822 e 1838, na Carta e seus Actos Adicionais, na Constituição de 1911 e na sua réplica anti-democrática, a Constituição de 1933. Neste curso histórico contraditório enquadram-se a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a Constituição de 1976, uma e outra, e em planos distintos, são momentos relevantes da luta democrática no tempo da História do Portugal Contemporâneo.

O discurso que *para* a História poderia merecer o «25 de Abril», afigura-se-me, neste acto de encerramento das comemorações organizadas pela «Associação 25 de Abril», perfeitamente deslocado. O «25 de Abril» ficará na História porque, como *da* História se deduz, é um acontecimento que se integra no longo processo da democracia e modernização-

(continua na página seguinte)

INTERVENÇÃO do Prof. PITEIRA SANTOS

O 25 ABRIL NA HISTÓRIA

Por ocasião das comemorações do décimo aniversário do «25 de Abril», foi repetidamente afirmado que não se recordava uma simples efeméride, já envolvida nas névoas do passado, mas que se celebrava a Revolução de 1974 como algo vivo, actual, presente, e que as palavras ditas, ou escritas, faziam referência a uma data de grande significado histórico. Disse-se que os «capitães de Abril» tinham voltado uma página da história do Portugal Contemporâneo; encerrado um período histórico — o do «Estado Novo»,

(continuação da página anterior)
ção de Portugal. Não é necessária a apologia do «25 de Abril», não tem a Revolução de 1974 que ser valorizada, ela está presente, é um movimento em curso de transformação da realidade sócio-política, sócio-económica e cultural portuguesa. É um processo não concluído. Está *na* História. É a História.

Visto *na* História o «25 de Abril» não é só uma acção revolucionária, pensada e desencadeada por militares que derrubou um regime ditatorial, dos fascismos afim, que durante 48 anos oprimiu, bloqueou e aviltou a sociedade portuguesa; o «25 de Abril» é a vida dos Portugueses, da Nação e do Estado, nestes quinze anos, tempo histórico curto, mas que deu já origem a «um país diferente».

Já diferente? Diferente ao cabo destes quinze anos? Permitam-me que rectifique: *logo* diferente. Quando Otelo Saraiva de Carvalho, esgotado dos trabalhos e das emoções daquelas horas decisivas vividas na «sala de operações» do Quartel da Pontinha, fecha a porta, despe a farda, veste-se à paisana, sai a porta de armas da unidade, e, no velho *Morris 1100*, regressa a casa. Essa casa, a mesma casa, essa mesma estrada onde o mesmo velho carro rola, situam-se já, pela vitória da Revolução, «num país diferente». E, qualquer que seja a perspectiva valorativa em que nos coloquemos; qualquer que seja a exigência do nosso rigor crítico; por mais que pesem as desilusões, nos doam as amarguras, e a esperança se transmude em desespero; é impossível recusar essa diferença. Um país, banido o poder-de-Estado fascista, *logo* diferente. Os Portugueses devem aos «militares de Abril» serem cidadãos livres «num país diferente».

Este é o facto histórico. A queda de Marcelo Caetano e do seu governo, o desmoronar sem combate, sem rasgo de resistência, do edifício salazarista, criam, no imediatismo histórico, uma situação nova. Em que medida essa situação nova, esse «país diferente», responde aos objectivos da Revolução de Abril, qual era o carácter da Revolução, que propunham e visavam os «capitães de Abril», é avaliação autocrítica que se lhes pede. Porque tem surgido fragmentária e ocasional, inspira-nos a reflexões críticas que, na perspectiva *da* História, nos propomos submeter-vos.

Dos objectivos sumariados — Democratizar, Descolonizar, Desenvolver — é comum afirmar-se que a *democratização* foi realizada, que a *descolonização* está feita com a omissão lamentável das populações de Timor Leste crucificadas ao expansionismo e terror da Indonésia, que o *desenvolvimento* é um ponto claudicante. Discordamos. Feita, sim, como foi possível, mas de modo irreversível e dignificante a *descolonização* dos cinco países que nos acompanham usando, com estatuto oficial, a Língua Portuguesa; o *desenvolvimento*, se o não restringirmos a uma óptica tecnocrática e economicista teve, igualmente, uma concretização em termos sócio-culturais. Portugal não é um país de progresso económico comparável ao pelotão dianteiro da Europa, mas é um país no qual se verifica, por obra e graça de Abril, um inegável progresso sócio-cultural. É, no quotidiano, um «país diferente». E a *democratização*?

Em 1975, na sua «Homília do Natal», o democrata cristão, o cristão que era democrata, António Ferreira Gomes, bispo do Porto — poupemos-lhe o Dom — tendo no pensamento a *«longa noite* que precedeu o 25 de Abril» citava o que dissera o Conselho Presbiterial do Porto: «O nosso receio é que a revolução não chegue ao fim». Alerta premonitória na qual se não atentou. A Revolução não chegou ao fim. Nem ao termo final chegaria a *democratização*. O bispo António Ferreira Gomes advertira: «a democracia é difícil». E ensinara: «Já várias vezes o dissemos: a democracia honestamente praticada leva ao socialismo, mas não vice-versa. Não há pois democracia autêntica que não marche rumo ao socialismo; não há socialismo digno do homem sem democracia».

A nossa *democratização* repousou nos limites formais da Democracia. Limites definidos e criticamente analisados, na sua «Teoria Geral do Estado», por Hans Kelsen, e objecto das reflexões pertinentes de um Raúl Proença, de um António Sérgio. É a *democratização*, é a Democracia no seu legítimo e necessário aprofundamento que a prática governativa, a actividade partidária e a revisão constitucional põem em causa.

Palavras ditas em comemoração cívica do «25 de Abril» não poderão ignorar os problemas, as dúvidas e as interrogações que *na* História o «25 de Abril» nos sugere. Em rápidas notas, desculpando-nos do tempo não consentir o desenvolvimento monográfico ou a tentativa ensaística, abordaremos sucintamente as temáticas da acção revolucionária de Abril e do processo de democratização.

A data de 25 de Abril de 1974, *na* História, marca o início de *curso novo* na vida política portuguesa. O governo fascista foi expulso do poder pelo *acto revolucionário*, planeado, decidido e executado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Militar e breve foi o acto revolucionário. Destas características resultaram no plano teórico (e, na prática), inerentes limitações. E, também uma novidade, um carácter específico: o papel de *vanguarda revolucionária* foi assumido por um grupo de militares que não constituiam uma *vanguarda política* (porque o grupo era heterogéneo quanto à posição de classe, porque heterogéneo no que à orientação ideológica se refere). Mas esses militares, com a vitória militar alcançada, deram início *na* História do Portugal Contemporâneo a *um curso novo* (antifascista e anticolonialista). Historicamente, — no momento: «25 de Abril» —, foram a vanguarda revolucionária, a força de ruptura. Reconheçê-lo é visar esquematismos. Mas só o reconhecimento deste carácter específico do 25 de Abril permitirá a abordagem da questão: «qual a sua natureza de classe?».

Questão pévia, para o historiador sociólogo, ao que se nos afigura, se tentarinos avaliar com a suficiente aproximação, o verdadeiro significado do objectivo *democratização* no programa dos promotores do *acto revolucionário* de «25 de Abril».

Cumpre reconhecer que os oficiais do «Quadro Permanente» não constituiam, em Portugal, uma casta de previligiados. Na maioria eram oriundos da pequena-burguesia. Raros eram os oficiais vindos da burguesia alta e média. Não havia oficiais oriundos da classe operária. Também os «Oficiais Milicianos» eram representantes (e/ou representativos) das camadas pequeno-burguesas. A *natureza de classe* do M.F.A. era pequeno-burguesa. E no *movimento* — considerado quer na sua expressão *organizacional pré-revolucionária* — reflectiram-se contradições decisivas: a) entre os interesses, relativos à exploração colonialista, de uma burguesia. Raros eram os oficiais vindos da burguesia alta e média e pequena, e os interesses dos grandes grupos capitalistas; b) entre os interesses «portugueses» na exploração colonial, entre o «colonialismo português», e os interesses do imperialismo internacional na exploração dos territórios sob dominação colonial portuguesa.

Estas contradições foram determinantes para a tomada de consciência política e o *pôr em causa* do regime fascista e do seu colonialismo. Não esqueçamos que faziam a guerra, nas fileiras das Forças Armadas portuguesas oriundos e representativos de camadas sociais que não estavam efectivamente, ou directamente, ou exclusivamente, interessadas na exploração colonialista. *A natureza de classe*, da movimentação sócio-profissional e a *natureza de classe* da «tomada de consciência política» situavam-se no *horizonte de classe* da pequena-burguesia.

Nas limitações, hesitações e contradições do *movimento* (MFA), vêm reflectir-se os distintos *níveis de consciência* (sócio-profissional e sócio-política) de diferentes estratos da pequena-burguesia, de camadas intelectuais, de tecnocratas, de funcionários. O «Programa do M.F.A.» é um simples (e imediatista) acordo táctico com vista a criar a base política e organizacional para desencadear a «operação militar». Politicamente não ia além do *horizonte de classe* da pequena-burguesia.

O acto militar, tendo alcançado uma vitória rápida e fácil, podia ter sofrido as limitações inerentes a um *«golpe de Estado militar»*. Foi a adesão espontânea, entusiástica e maciça do povo, dos trabalhadores, que lhe deu força social, eficácia política, potencial revolucionário.

Ao povo, aos trabalhadores, coube a iniciativa política; o movimento de massas antecipou-se a conquistar o que a Constituição, legislativamente, consagrou. Neste sentido a Constituição de 1976 não se apresenta como programática, aceitou as reivindicações e as conquistas do movimento popular. As orientações liberais do «Programa do MFA» foram confrontadas, no terreno da luta política de massas, com a aspiração socialista dos sectores mais conscientes das forças do Trabalho e da Cultura. A Constituição da República, elaborada pela Assembleia Constituinte, não se limitou a «garantir os direitos fundamentais dos cidadãos» e a «estabelecer os princípios basilares da

democracia», propunha o «caminho para uma sociedade socialista.» A Constituição de 1976, era mais avançada do que o «Programa do MFA».

Se, derrubado o «poder não-democrático», elegemos como objectivo — *democratizar*, era necessário definir o conteúdo e o modo de prosseguir o *processo de democratização* a partir de uma análise do carácter e dos mecanismos do poder no regime não-democrático. Se esse *poder* revestia um carácter ditatorial de classe, se era o *poder-de-Estado* de um certo capitalismo, a *democratização* não poderia ignorar esse aspecto específico. A democratização não poderia ser puramente formal, teria que atingir a essência do regime fascista: o seu carácter de *poder-de-classe* de um certo capitalismo.

A *democratização*, nas circunstâncias revolucionárias de Abril, apresentava-se, e solicitava-nos, no plano da intervenção e da vivência política, como um *curso novo* que abraçava a *democracia* e o *socialismo*. O bispo do Porto compreendia-o, os políticos não o compreenderam. Não se limitando a democracia aos esquemas da *liberdade política* sem *igualdade*, não se cingindo a um formalismo constitucional sem conteúdo sócio-económico. A fronteira tinha-nos sido fixada: não existe *democracia* sem *socialismo* nem *socialismo* sem *democracia*.

Foi o que ficou consignado na Constituição da República, Art. 2º «A República Portuguesa é um estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.» É o que a desideologia constitucional ameaça comprometer.

A criação de uma *ordem constitucional democrática* era uma tarefa essencial, mas de sua essência diferente da tarefa da *democratização* das estruturas do Estado e do tecido social esclerosado por 48 anos de opressão ditatorial fascista. Criou-se, formalmente, o «Estado democrático», não se democratizou a sociedade portuguesa. Definiu-se a Democracia como plural (o que era redundante, porque óbvio) e participativa. O Art. 48º da Constituição de 1976, n.º 1, proclamou: «Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos.» Mas, este direito sofreu limitações; a participação cívica ficou, na realidade, condicionada à actividade em «associações» ou «partidos políticos» aos quais se reconheceu a vocação e a função de «concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e a organização do poder político» (Art. 51º).

Conferiu-se a este princípio uma extensão exagerada que atingiu as autarquias. As próprias eleições autárquicas — após 48 anos de opressão ditatorial fascista e de asfixia pública — foram partidarizadas. Partidarizada a vida nacional com o prejuízo de se constituírem clientelas a todos os níveis, a todos os níveis se verificando favoritismos, selecções e promoções facciosas, sectarismente partidárias.

A Democracia *com* partidos, converteu-se em Democracia *dos* partidos. Estes dispuseram e ocuparam (alternativamente) o Estado; mas não o democratizaram. E em 19 de Julho de 1987, a conquista da maioria parlamentar por um partido, perverteu o pluralismo democrático, convertendo-o em regime ditatorial maioritário de Assembleia.

As iniciativas populares, embora consequentes com o espírito de Abril, e de harmonia com os princípios na Constituição inscritos, foram consideradas incómodas para os diferentes titulares do novo *poder-de-Estado*. Este, em relação à Revolução de Abril, instalou-se como *ordem*, como *estabilidade*, como *contra-revolução*. Desistiu-se da *democratização do Estado*, teve-se temor do *processo de democratização da sociedade portuguesa*.

A *democratização*, como impulso popular, como iniciativa de massas, assumiu formas tais como : comissões de iniciativa, comissões de moradores, comissões de trabalhadores, comissões culturais, comissões de mulheres, comissões de jovens, cooperativas de vária índole. Este movimento de massas não só não foi apoiado, como foi contrariado. Agora a revisão constitucional liquida essas formas de participação popular. A Constituição referia que «Os partidos políticos concorrem para a organização e para a expressão da vontade nacional...». (Art. 10º). Dizia que *concorrem*; deixou-se, portanto, em aberto, a necessidade de outros veículos e meios de «organização» e «expressão» da vontade popular.

Obviamente os «partidos» não preenchem o «espaço político», algumas vezes confundido — e supomos que com grossa margem de erro — com «espaço ideológico». Menos ainda ocupam o «espaço eleitoral». Os efectivos partidários são diminutos em relação aos eleitorados directa ou indirectamente influenciados pelos partidos. Reservar aos partidos a actividade política e a capacidade de intervenção eleitoral — com a excepção da eleição para o cargo de Presidente da República — é um processo redutor da *prática democrática plural e participativa*. Não é via de *democratização* da prática política; é uma metodologia redutora da *democratização*.

Os mecanismos da *Democracia parlamentar* não são a única fortma que a democracia pode adoptar, e são compatíveis com formas que corrijam os seus desvios e as suas limitações. No caso particular português, a representação parlamentar tem-se distanciado da base social de apoio dos partidos que constituem maiorias de governos. Por outro lado, a actividade parlamentar tem desconhecido o movimento popular, a iniciativa política popular (mesmo a das bases ou das organizações juvenis dos partidos em situação de Governo), o movimento reivindicativo dos trabalhadores, a organização e as iniciativas das populações. Convertendo-se, de facto, em obstáculo à expressão democrática profunda. Retardando, a este nível, a *democratização*.

A *democratização* teria que concretizar-se *horizontalmente* e *verticalmente*. O processo de desconcentração do «Estado burocrático», deveria consumar-se simultaneamente com o processo de *descentralização* (administrativa e política). A *desconcentração* (burocrática), a *descentralização* (administrativa e política), não se poderão limitar a uma transferência do centro para as periferias, da capital para as regiões, das estruturas burocráticas herdadas do fascismo. *Regionalizar*, por outro lado, não é satisfazer clientes eleitorais, caciquismos, ambições locais, é *democratizar*. Transferir o poder para a base — criar democracia *na* base.

A democracia *na* base, terá que evoluir para a *democracia de base*. A *democratização*, devendo ter sido um processo de destruição do «Estado fascista», de *desconcentração* (burocrática), de *descentralização* (administrativa e política), terá que institucionalizar-se como prática e estruturação de *democracia de base*. Dissolvendo, como deverá ser o caso, o que subsiste de «Estado fascista», concentrado, centralizado, burocratizado, na participação directa, convertendo-se o militantismo cívico em factor da dinâmica social e política de democratização da sociedade portuguesa.

A tradição democrática profunda em Portugal, é a das comunidades locais. A criação democrática popular mais importante depois de Abril, foi a das comissões de base (no local de residência, no local de actividade, na empresa). Por aí — pelo esforço das comissões de base, pela dinamização e pela responsabilização das comunidades locais, das autarquias, do poder popular, do poder local, passa o processo de *democratização*. Mas, não se poderá perder de vista que o derrubamento do poder político-fascista, não eliminou as raízes económicas e sociais do Estado fascista, e que o processo restauracionista está em curso. A Revolução de Abril — democrática, antifascista e anticolonialista — não está concluída. Só se destrói, verdadeiramente, o que se substitui. Destruir, em política, é construir a alternativa. A Revolução democrática terá que levar por diante o processo de *democratização*. Esta é política e social. Não existe liberdade política, sem condições de igualdade social, sem segurança económica. O conteúdo económico da *Democracia* tem o nome de *socialismo*. A garantia política do *socialismo* tem o nome de *democracia*. (Teremos receio de repetir o que disse no Natal de 1975, o bispo do Porto?) Tais são as metas de Abril. A Revolução renova-se, e continua-se, prosseguindo a *democratização*. Esta é a tarefa dos nossos dias para continuar Abril, para honrar o que devemos aos militares de Abril.

Democratização do Estado, dos partidos, da vida pública a todos os níveis. *Democratização* das mentalidades. Só a *democratização* da mentalidade poderá dar nascimento ao homem democrata, ao cidadão deste «país diferente» que surgiu com o «25 de Abril». O objectivo democratizar dos «capitães de Abril» é hoje, quinze anos após o *acto militar revolucionário*, um desafio a todos nós, um desafio aos partidos democráticos, um desafio à Esquerda, um desafio aos democratas de Portugal.

Fernando Piteira Santos

HOMENAGEM A JOSÉ MAGALHÃES GODINHO

Realizou-se no passado dia 2 de Abril (data do 13.º aniversário da aprovação da actual Constituição da República) uma homenagem nacional ao Conselheiro José Magalhães Godinho.

Muito naturalmente, a Associação 25 de Abril participou nesta merecida homenagem a um Português que, tendo completado há pouco os 80 anos de idade, tem feito da sua vida um exemplo de coerência e fidelidade aos princípios da Liberdade, da Democracia, da Justiça Social. Tem sido em suma, um verdadeiro HOMEM DE ABRIL, para o qual contribuiu bastante na luta que desenvolveu contra a ditadura, desde os seus tempos de estudante.

É com enorme orgulho que a Associação 25 de Abril conta entre os seus associados com o Dr. José Magalhaês Godinho que, desde a primeira hora, quis participar em mais uma luta pela democracia. Agora não pela sua implantação, mas sim pela sua defesa e pelo seu aprofundamento. Como mais uma vez o demonstrou durante a justa homenagem que recebeu, onde saudou calorosamente a delegação da A25A que esteve presente, dizendo da sua satisfação e da sua honra em pertencer à nossa Associação 25 de Abril — o que provocou uma forte manifestação de carinho, respeito e amizade para com essa delegação, por parte dos participantes na homenagem — ao afirmar: «Quaisquer que sejam as vossas posições partidárias não se esqueçam nunca de que o Portugal de amanhã tem de ser o somatório da vontade dos portugueses, e só uma democracia preocupada não só com os direitos políticos fundamentais mas também com os novos direitos sociais, económicos e culturais, poderá construir esse Portugal Novo. Há, pois, que ter sempre presente que a evolução que o homem veio sofrendo ao longo de anos e anos, na luta pela Liberdade, é permanente e, à medida que o mundo avança e a ciência e a técnica constantemente progridem, essa evolução estará sempre em marcha, e levou a que no nosso «hoje» o cidadão entenda que não basta que os direitos fundamentais, a sua liberdade essencial, estejam fixados e garantidos nas Constituições Políticas.

É indispensável que a sua real efectivação esteja garantida nos actos quotidianos da vida do Estado e da Sociedade e que ele, cidadão de hoje, possa participar, e participar mesmo, na elaboração das leis que lhe satisfaçam os seus direitos e lhe imponham os seus deveres, enfim, que seja ouvido e colabore na preparação do amanhã, e possa sentir que efectivamente participa nas decisões que directamente lhe interessam para forjar o seu próprio destino, e a todo o tempo poder exigir contas aos executivos da forma como estão executando a vontade por si expressa».

Por nós, continuaremos a contar com a participação activa do associado José Magalhães Godinho. na luta pela consolidação dos ideais de Abril. Luta que terá de ser tarefa e obra colectiva, pois, como o próprio afirmou, «todos têm de compreender que não há homens providenciais, e só o trabalho de todos, em equipa, poderá resolver os graves problemas que hoje se põem à humanidade, para promover uma vida com Paz, Pão e Liberdade para todos, Nações e cidadãos».

ENCONTRO NACIONAL DE SARGENTOS

No passado dia 1 de Abril, teve lugar o 1.º Encontro Nacional de Sargentos que decorreu no Pavilhão do Sacavenense, reunindo mais de 4.000 sargentos dos 3 ramos das FFAA.

O encontro decorreu num clima de enorme serenidade, entusiasmo e determinação, no qual os presentes decidiram:

1. Transformar a Comissão Nacional (Provisória), através de um voto inequívoco de apoio, em Comissão Nacional de Sargentos (CNS).
2. Reafirmar o apoio da classe à proposta de reposição salarial aprovada nos encontros comemorativos do 31 de Janeiro.
3. Aprovar na generalidade um caderno de aspirações, mandatando a CNS para elaborar o documento final, tendo em conta as propostas que a classe lhe fizer chegar.
   O documento aprovado refere a dado passo não ser mais do que:
   — **A constatação** de uma carreira pouco aliciante, pouco motivadora e que conduz rapidamente ao desencanto e à frustração.
   — **O estudo** das questões mais relevantes, mais sentidas, mais ambicionadas e comuns aos sargentos dos três ramos das FFAA.
   O documento discrimina o sentir e o desejo dos sargentos em áreas como: Carreira; Funções; Legislação e Estatutos; Representatividade e Vencimentos.
4. Aprovar a criação de uma Estrutura Associativa, e que segundo o inquérito realizado aos presentes se denominará de Associação Nacional de Sargentos. Dar, ainda, o seu apoio inequívoco à mesa que dirigia os trabalhos, para que se constitua em Comissão Instaladora da Associação Nacional de Sargentos.

Outro ponto alto do encontro deu-se quando um sargento membro da direcção da Associação 25 de Abril leu uma mensagem desta Associação aos presentes no encontro.

SAUDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

A Direcção da Associação 25 de Abril saúda os sargentos reunidos no Encontro Nacional.

Grupo de militares fundamental na estrutura das Forças Armadas, os sargentos têm sabido lutar pelo desaparecimento de desigualdades e injustiças que os têm perseguido desde sempre.

As Forças Armadas só serão dignas se todos os seus componentes forem igualmente dignificados.

De realçar, aliás, a grande contribuição que os sargentos vêm dando na luta pela valorização dos militares na sociedade portuguesa.

Por tudo isso, a Associação 25 de Abril manifesta total apoio e solidariedade aos sargentos, com vista à resolução dos seus problemas de dignificação profissional.

Linda a Velha, 30 de Março de 1989

O presidente da Direcção

VASCO CORREIA LOURENÇO

ACTIVIDADE DESPORTIVA/RECREATIVA

1. ACTIVIDADES REALIZADAS

No âmbito das comemorações do 15.º Aniversário do 25 de Abril realizaram-se várias actividades desportivas/recreativas das quais se destacam:

a) Torneio de Bridge

Levado a efeito no dia 11 de Março no «Espaço CESL» com a participação de 20 pares de associados e seus convidados.

A classificação final, relativamente aos 10 primeiros pares, ficou assim ordenada:

1º — Santos Pereira - Luís Ribeiro	270 P
2.º — Marques Pereira - Isabel Manso	259 P
3.º — Cristina Sanches - Adolfo Steyger	252 P
4.º — Cassilda - Alexandre Baptista	249 P
5.º — Carlos Cabrinha - Orlando Cabrinha	230 P
6.º — Vasco Loureiço - Azevedo Paulo	228 P
7.º — Alice Santos - Maria Salaviza	216 P
8.º — Dinis Melquíades - Mendes Alves	216 P
9.º — Maria Davim - Luís Galvão	215 P
10.º — Edu - Serras Pereira	212 P

b) Sarau de Ginástica

Teve lugar no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, no dia 7 de Abril, sob a égide da Federação Portuguesa de Ginástica e nele participaram várias classes dos principais clubes de Lisboa, nomeadamente o Lisboa Ginásio Clube, Ateneu Comercial, Clube Atlético de Alvalade, Sport Lisboa e Benfica, Física de Torres e Sporting Clube de Portugal, classes de ginástica da Academia Militar, Colégio Militar e Instituto Militar dos Pupilos do Exército, e ainda elementos das equipas nacionais de ginástica.

Actuação dos Pupilos do Exército

A entrega de uma taça no torneio de bridge

c) Competição de Halterofilismo

Competição destinada a escalões femininos e masculinos, realizou-se no dia 15 de Abril no Pavilhão do Sport Grupo Sacavenense com a participação de 18 atletas dos seguintes clubes: Nabância, Leões de Moura, Luso, Sporting Clube de Portugal, Soc. Filarmónica Piedense, Escola Nacional de Halterofilismo, G. Estrela Negra e Escola Sec. Sebastião da Gama.

De salientar o bom nível atingido, de que resultou a queda de algumas marcas nacionais, nas categorias que se indicam:

Categoria de 56 Kg;

Élia Rochinha — Record Nacional Absoluto no arranque: 50 K g

Élia Rochinha — Record Nacional Absoluto no arremesso: 62,5 Kg

Ana Pereira — Record Nacional Juvenil no arranque: 50 Kg.

Categoria de 67,5 Kg

Vanda Oliveira — Record Nacional Absoluto no arranque: 52,5 K g

Vanda Oliveira — Record Nacional Absoluto no arremesso: 68 Kg

Categoria de 76 Kg

Dina Oliveira — Record Nacional Absoluto no arranque: 50 Kg

Dina Oliveira — Record Nacional Absoluto no arremesso: 67 Kg

Os resultados obtidos nas diferentes categorias foram os seguintes:

Categoria	Vencedor	Clube	Total
44 Kg	Eulália Rondão	S FUAP	42,20 Kg
48 Kg	Sara Duarte	LUSO	47,90 Kg
52 Kg	Fernando Costa	Nabância	50,55 Kg
56 Kg	Élia Rochinha	S. Gama	54,80 Kg
56 Kg	Rui Leitão	S CP	54,60 Kg
60 Kg	Nuno Carreira	Nabância	57,70 Kg
67,5 Kg	Vanda Oliveira	S CP	63,50 Kg
67,5 Kg	António Silva	E.N. H.	65,60 Kg
75 Kg	Dina Oliveira	S CP	75 Kg
75 Kg	Paulo Damião	E.N. H.	73,60 Kg
90 Kg	Pedro Amaro	LUSO	87,30 Kg
+ 110 Kg	José Pombeiro	Est. Negra	120 Kg

d) Torneio de Xadrez

Teve lugar no Palácio Anjos, em Algés, no dia 16 de Abril, com a colaboração da Câmara Municipal de Oeiras e da Associação de Xadrez de Lisboa, e dele constaram um torneio de Semi—Rápidas destinado a Juvenis, que contou com a participação de 26 xadrezistas e um torneio de partidas rápidas com 54 participantes.

A classificação final, relativamente aos 10 primeiros de cada torneio, ficou assim ordenada;

Partidas Semi—Rápidas

1.º — Bruno Ribeiro	4,5 P
2.º — Pedro Silva	4,0 P
3.º — Paulo Jorge	4,0 P
4.º — Ricardo Kaku	4,0 P
5.º — Miguel Baptista	3,5 P
6.º — Francisco Almeida	3,5 P
7.º — Nuno Amálio	3,0 P
8.º — Paulo Silva	3,0 P
9.º — André Amálio	3,0 P
10.º — Henrique Oliveira	3,0 P

Partidas Rápidas

1.º — António Frois	9 P
2. º — Melão Pereira	6,5 P
3.º — João Mendes	5 P
4.º — João Pereira	5 P
5.º — Alves dos Santos	4,5 P
6.º — Marus Luyks	4 P
7.º — Pedro Durão	3,5 P
8.º — Abel Galego	3,5 P
9.º — Jorge Gomes	2,5 P
10.º — João Abrantes	1,5 P

e) Raide Cicloturístico

No dia 23 de Abril, realizou-se o 1.º Raide da Liberdade no âmbito do cicloturismo, com organização da Associação de Ciclismo de Lisboa e apoio da Federação Portuguesa de Ciclismo, Associação de

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

Ciclismo de Setúbal e Delegação de Lisboa da D.G.D. A prova, na extensão aproximada de 140 Km, partiu da Trafaria com destino a V. Franca de Xira, onde se realizou o abastecimento oferecido pela Câmara Municipal, após o que teve a sua continuação até à Pontinha, onde teve lugar a cerimónia de chegada, na qual participou a Junta de Freguesia local.

Estiveram presentes neste Raide 320 cicloturistas, representando cerca de 30 clubes/núcleos de cicloturismo, que apoiaram os seus atletas com os respectivos carros de apoio, o que originou uma extensa caravana a que não faltou o carro «vassoura» e que sob o comando do director da corrida (Alves Barbosa), mas sem batedores da GNR, lá galgou disciplinadamente(?) aqueles longos quilómetros com a ajuda de um magnífico dia de sol.

f) Corrida da Liberdade

No dia 25 de Abril realizou-se a 12.ª Corrida da Liberdade que, como já é tradicional, se efectuou em Lisboa, com partidas de vários locais considerados históricos no processo do 25 de Abril e chegada à Rua da Palma, em frente ao edifício da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, a qual participou na organização da prova, assim como a Federação Portuguesa de Atletismo na parte técnica.

De salientar as vicissitudes a que a prova este ano esteve sujeita, na medida em que a realização do desfile militar veio obrigar a que sobre a hora se tivesse de proceder à mudança do habitual local de chegada (Restauradores), assim como à alteração do local de partida de algumas das provas destinadas aos mais pequenos.

A prova destinouse a atletas federados e populares de ambos os sexos, a partir dos 10 anos de idade, num total de 14 escalões e com um número de inscrições que rondou os mil atletas, sendo de salientar a grande participação da juventude, de que é exemplo o facto de ter sido no escalão destinado aos mais jovens (10-13 anos) que se registou o maior número de inscrições.

Realizou-se em simultâneo com as restantes uma prova especial destinada a deficientes, sob a responsabilidade organizativa da Associação Portuguesa de Deficientes e que contou com a presença de algumas dezenas de atletas.

As classificações finais individuais e colectivas foram as seguintes:

Infantis Femininos

1.ª — Fernanda Canadas (Alto Pina)
2.ª — Carla Dias (1.º Maio-Queluz)
3.ª — Elizabete Franco (1.º Maio-Queluz)

Infantis Masculinos

1.º — Sérgio Matos (Tunelense)
2.º — Rui Pedro (1.º Maio-Queluz)
3.º — Carlos Abreu (1.º Maio-Queluz)

Iniciados Femininos

1.ª — Paula Cristina (1.º Maio-Queluz)
2.ª — Adelina Costa (J.R. Cordeiro)
3.ª — Maria Carmo (Tunelense)

Iniciados Masculinos

1.º — Paulo Jorge (1.º Maio-Queluz)
2.º — Rui Veiga (S. Estrelas)
3.º — Paulo Correia (Tunelense)

Juvenis Femininos

1.ª — Carla Vaz (1.º Maio-Queluz)
2.ª — Adelina Costa (J.R. Cordeiro)
3.ª — Maria do Carmo (Tunelense)

Juvenis Masculinos

1.º — Marcos Vidal (Autocoop)
2.º — Rui Alves (Tartarugas)
3.º — Gustavo Paulista (Alto Pina)

Juniores Femininos

1.ª — Maria Teixeira (Tunelense)
2.ª — Eulália Cardoso (Tartarugas)
3.ª — Fátima Santos (Tunelense)

Juniores Masculinos

1.º — José Velex (G.D.C. Reboleira)
2.º — Pedro Rodrigues (S.L. Campolide)
3.º — Helder Cardoso (B. Fraternidade)

Seniores Femininos

1.ª — Maria Alexandra (Col)
2.ª — Elisa Baptista (Tunelense)
3.ª — Manuela Amaral (1.º Maio-Queluz)

Seniores Masculinos

1.º — José Vicente (Col)
2.º — Manuel Verdugo (G.A. Diário)
3.º — Mário Marques (Col)

Veteranos I

1.º — Virgílio Ferraz (A.F. Silva)
2.º — José Lindo (Petrogal)
3.º — Fernando Rocha (Tunelense)

Veteranos II

1.º — José Moreira (Ind)
2.º — Sílvio Bravo (G.A. Pontinha)
3.º — Adriano Cotrim (C.O. Futebol)

Veteranos III

1.º — Joaquim Silva (D. Cabouco)
2.º — Domingos Casaca (Mira-Sintra)
3.º — José Almeida (Ind.)

Veteranos Femininos

1.ª — Gertrudes Patrício (B.T.A)
2.ª — Maria Morgado (Ind)
3.ª — Luciana Silva (Mentegã)

EQUIPAS

1.º — 1.º Maio - Queluz
2.º — Tunelense
3.º — Alto Pina
4.º — Col
5.º — J. R. Cordeiro
6.º — Pontinha
7.º — S. T. Campolide
8.º — B. Fraternidade
9.º — S. Estrelas
10.º — Autocoop
11.º — Tartaruguinhas
12.º — B. T. Açores

2. ACTIVIDADES PREVISTAS

Na sequência das actividades que a A25A vem desenvolvendo no âmbito desportivo/recreativo prevê-se a realização, até Agosto, das seguintes:

— Torneio de Ténis
— Torneio de Bridge
— Passeio de Comemoração dos Santos Populares

Informa-se os associados interessados em participar nestas actividades que deverão contactar a sede da A25A para mais detalhes.

As classes que participaram no sarau de ginástica

VAMOS APRENDER BRIDGE! (5)

Apresentadas que foram as principais aberturas iremos hoje debruçarmo-nos sobre as respostas do parceiro do abridor, as quais são condicionadas, à partida, por dois factores:

— O jogo que possui
— A abertura do parceiro

1 — RESPOSTAS ÀS ABERTURAS EM «1 EM NAIPE»

A panóplia das vozes à disposição do jogador, poderá ser dividida em três grandes grupos:

— Mudança de naipe
— Apoio no naipe de abertura
— Resposta em Sem-trunfo

Qualquer que seja o tipo da resposta que venha a escolher, ou melhor, que o tipo de jogo aconselhar, não esqueça que o objectivo que deve perseguir, deverá ser sempre:

Chegar ao contracto ideal

1.1 — MUDANÇA DE NAIPE

Diz-se que na resposta à abertura foi utilizada uma «mudança de naipe» sempre que o respondente anuncia um naipe diferente do referido pelo abridor.

Exemplo:
Abridor — 1 ♥ : Respondente — 1 ♠
ou
Abridor — 1 ♠ : Respondente — 2 ♦

Não esqueça que a mudança de naipe é a única voz «forcing» (quer dizer que obriga o parceiro a não passar, sendo portanto imperativo para manter o leilão aberto, pelo menos durante uma volta do leilão).

Este tipo de voz (mudança de naipe) pode apresentar três aspectos diferentes:

— Ser feito ao mesmo nível da abertura (aquilo que chamamos 1 sobre 1)

— Ser feito ao nível imediatamente seguinte do da abertura (2 sobre 1)

— Ser feito dois níveis acima do da abertura (mudança com salto)

1.1.1 — MUDANÇA DE NAIPE COM «1 SOBRE 1»

Para utilizar este tipo de «voz» deverá ter uma «mão» com um mínimo de 5H ou de 6DH.

Exemplo:

Suponha que o seu parceiro abriu em 1 ♦ e você possui a seguinte mão:

♠RV863
♥73
♦D107
♣V52

Com estes 7H e um naipe de ♠ com 5 cartas é óbvio que responderá: 1 ♠

Mas as coisas nem sempre são assim tão simples, sobretudo quando aparecem jogos (mãos) que possuem vários naipes compridos.

Quando tiver mãos desse tipo eis as regras que deve seguir na escolha da voz adequada:

a — Com dois naipes de cinco cartas cada, anuncia o mais caro.

b — Com dois naipes de quatro cartas cada, anuncia o mais económico.

c — Com um bicolor desequilibrado (dois naipes compridos em que um deles é mais longo que o outro) anuncie o naipe mais comprido.

Exemplos:

♠D743 ♥DV107 ♦V84 ♣R3 — Se o seu parceiro abriu em 1 ♣ ou 1 ♦ deverá responder 1 ♥ *e nunca* 1 ♠

♠RV865 ♥DV972 ♦3 ♣D10 — Se o abridor tiver anunciado 1 ♣ ou 1 ♦, com os seus 8H e um 5/5, deverá anunciar 1 ♠

♠RV8653 ♥DV976 ♦3 ♣10 — Com este tipo de jogo (um 6/5 deverá responder em 1 ♠ e nunca em 1 ♥

1.1.2 — MUDANÇA DE NAIPE COM «2 SOBRE 1»

Deverá utilizar este tipo de voz quando tiver mão com

Um mínimo de 11 DH

Atenção:

— Se tiver 8 ou 9H o seu naipe comprido deverá ser constituído por, *pelo menos*, 6 cartas

— Se tiver 10H o seu naipe comprido deverá ter um comprimento mínimo de 5 cartas.

Exemplos:

♠83 ♥ADV864 ♦V742 ♣3 — Caso o seu parceiro tenha aberto em 1 ♠ deverá responder 2 ♥

Ninguém duvidará que com este óptimo naipe de copas a mão vale bem 11DH.

♠AV63 ♥RD102 ♦R1087 ♣7 — Se o seu parceiro abriu em 1 ♣ «responda» 1 ♦ , por ser o naipe mais económico dos 3 de quatro cartas.

Se o seu parceiro tiver aberto em 1 ♦ responda 1 ♥. Não negue a existência dos naipes ricos de 4 cartas! Para apoiar o naipe de OIROS (se pensar em fazê-lo!) vai ter muito tempo.
Ao dizer 1 ♥ *não nega* a existência de 4 cartas de ESPADAS.

Há que fazer aqui um alerta para quem, a leitura destas notas despretenciosas, constitui o primeiro contacto com um sistema de Bridge.

Ao referirmos a voz de «2 sobre 1» queremos significar que o naipe anunciado pelo respondente é mais «fraco» que o da abertura.

Exemplos:

A — Abridor — 1 ♥: Respondente — 2 ♦
Clara situação de «2 sobre 1»

B — Abridor — 1 ♦: Respondente — 2 ♥
Não se enquadra na situação de «2 sobre 1» pois que o respondente para anunciar o naipe de ♥ podia tê-lo feito ao nível de 1.

Neste exemplo (pela negativa) o que aconteceu foi o respondente ter «saltado» um nível do leilão, o que tem um significado completamente distinto, como veremos a seguir.

1.1.3 — MUDANÇA DE NAIPE «COM SALTO»

É uma voz que indicará ao abridor possuir o seu respondente uma mão com *mais de 16H* e um naipe robusto.

Não vale a pena «forçar» as mãos quando o seu valor se aproxima dos limites mínimos indicados. Procure que a «mensagem» (voz) a transmitir ao seu parceiro seja tão correcta quanto possível até para que se cultive uma natural confiança na forma de definir as mãos.

Jogadores existem que confundem a produção dum leilão de bridge com um concurso de equitação. Andam, por dá cá aquela palha, aos saltos.

Não caia nesse erro! O valor da «mão»

(continua na página seguinte)

VAMOS APRENDER BRIDGE! (5)

(continuação da página anterior)

não cresce por se anunciar uma força que realmente não possui.

Podemos terminar com uma ideia-força:

Ao produzir uma resposta à abertura em que é utilizada uma mudança de naipe com salto, o respondente garantiu que, pelo menos, existe força no conjunto da sua mão com a do abridor, para se atingir o nível de partida. Restará apenas definir qual o naipe em que a mesma deverá ser jogada.

Exemplo:

Se o seu parceiro tiver aberto em 1 ♥ e possuir a seguinte mão:
♠ ARV874
♥ A32
♦ R10
♣ R5
responda com 2 ♠ dado possuir 18H e um belo naipe de ♠

Se ouvir abrir em 1 ♦ e possuir:
♠ AV
♥ A4
♦ R105
♣ RDV1085
marque 3 ♣ pois a força da mão (17H) e a constituição do naipe de Paus, assim o aconselham.

Ao iniciar este artigo pensava que o mesmo esgotaria as respostas às aberturas em 1 em Naipe.

Por razões de espaço conjugadas com a reconhecida ausência de síntese, tal não aconteceu. Talvez tenha sido melhor assim. Mais vale ir devagar mas seguramente. Assim há tempo para digerir.

Um abraço amigo
do Luís Galvão

COMUNICADO

A Direcção da Associação 25 de Abril reunida em 18/5/89, regista com muito agrado a libertação do seu associado Otelo Saraiva de Carvalho.

Ao terminar a situação inadmissível de prisão preventiva, a que Otelo e os seus companheiros estavam submetidos e que se prolongava já por um período largamente superior ao legalmente permitido, funcionou finalmente o Estado de Direito a que o 25 de Abril deu origem. Estado de Direito que, como também ficou patente, continua eivado de enormes deficiências que urge ultrapassar no sentido de o aprofundar e aperfeiçoar para reforço da democracia em Portugal.

Neste momento de alegria, ao manifestar a sua solidariedade ao Otelo Saraiva de Carvalho, a Direcção da A25A manifesta a sua esperança em que o poder político saiba igualizar situações e, fazendo justiça, aprove uma amnistia imediata.

NOTÍCIAS BREVES

Otelo Saraiva de Carvalho em Liberdade

O nosso associado Otelo Saraiva de Carvalho encontra-se finalmente em liberdade, após o Supremo Tribunal de Justiça ter ordenado a sua libertação, por ter sido excedido de muito o período máximo de três anos de prisão preventiva. A A25A emitiu nessa altura o comunicado que se publica nesta mesma página.

O 25 de Abril na Assembleia da República.

À semelhança do que tem sucedido em anos anteriores, também este ano os corpos gerentes da A25A, assim como os ex-Conselheiros da Revolução, foram convidados pelo Presidente da Assembleia da República para assistirem à Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril.

O 25 de Abril em Coimbra.

O almoço comemorativo do 25 de Abril realizou-se desta vez em Coimbra no refeitório da Escola Superior Agrária, com a presença de uma centena de nossos associados. Para além da intervenção do Presidente da Delegação da A25A em Coimbra, falaram os associados Álvaro Seco e Guarda Ribeiro.

Em Ílhavo também se comemorou o 25 de Abril.

Um grupo de habitantes da vila de Ílhavo realizou um almoço-convívio nas instalações da exploração agrícola do CASCI, comemorativo do 15º Aniversário. O almoço foi precedido de uma visita à exploração agrícola e no final houve fados e música portuguesa, não faltando um animado torneio de malha entre os participantes.

O 15º Aniversário do 25 de Abril em Portimão.

A Câmara e a Assembleia Municipal de Portimão levaram a efeito um nutrido programa de comemorações do 25 de Abril, com a colaboração do Núcleo de Portimão da A25A, que dificilmente deve ter sido igualado em outras terras do País. De destacar igualmente as que foram organizadas pela vizinha Freguesia da Mexilhoeira Grande, que poderiam servir de exemplo para tantas outras freguesias de Portugal.

Núcleo de apoiantes da A25A em Ponta Delgada.

Para além da Festa Comemorativa do 15º Aniversário do 25 de Abril, realizou este Núcleo em Fevereiro, um espectáculo de homenagem a José Afonso, sócio de honra de A25A, e ainda uma homenagem, no dia 8 de Abril, ao nosso associado Professor Dias de Melo.

Seminário sobre segurança e cooperação europeias em Coimbra.

O CPPC organizou em 12 e 13 de Maio um interessante seminário sobre Portugal e a Segurança e Cooperação Europeias, em que tiveram participação destacada os nossos associados Marechal Costa Gomes e Brigadeiro Pezarat Correia.

Nova Sede Social da A.D.F.A.

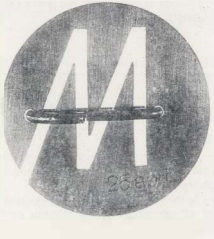
Foi lançada no dia 14 de Maio a «Primeira Pedra» para a construção da nova Sede Social da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, no Lumiar. A A25A congratula-se com tal facto, tanto mais que se encontrando numa situação ainda pior no que diz respeito a uma sede própria, avalia bem os inconvenientes de não se dispor de um local que satisfaça minimamente as necessidades associativas.

Exposição de João Luís em Silves.

O nosso associado João Luís Pereira de Castro realizou uma exposição de pintura e medalhística na Câmara Municipal de Silves, integrada nas Comemorações dos 800 Anos da Tomada de Silves aos Mouros, e que esteve patente ao público de 6 a 31 de Maio.

O GSAL e a defesa da Amazónia.

O Grupo de Estudos e Solidariedade com a América Latina promove um concurso de BD subordinado ao título «Amazónia tem de ser», destinado a sensibilizar e mobilizar a opinião portuguesa para a salvaguarda da Amazónia-Património de toda a humanidade. Os interessados podem contactar a sede do GSAL na R. Pinheiro Chagas, 77 — 2.º E Lisboa.



Do escultor CARLOS MATOS